

Desconhecidos baleiam empresário e raptam outro em Inhambane

Um empresário da nacionalidade indiana foi alvejado a tiro e outro raptado, por quatro indivíduos a monte, na noite de sexta-feira (25), na cidade da Maxixe, província de Inhambane. É o segundo caso público que acontece na mesma urbe, num espaço de 18 meses.

Texto: Redacção

Em contacto telefónico com o @Verdade, testemunha contou que o rapto aconteceu por volta das 21h00. As vítimas, cujas identidades não apurámos, encontravam-se num estabelecimento comercial, quando foram surpreendidas pelos supostos bandidos.

Segundo a nossa fonte, os presumíveis raptadores, que se puseram em fuga numa viatura cujas características e matrícula não foram registadas, teriam sido vistos minutos antes a rondarem o local onde as vítimas se encontravam.

O cidadão baleado sofreu na perna direita e foi socorrido para o Hospital Rural de Chicueque, de onde foi socorrido para uma unidade sanitária com maior capacidade de tratamento, devido à gravidade da lesão.

A Polícia da República de Moçambique (PRM) em Inhambane confirmou o caso e disse que está no encalço da gangue.

Em Julho de 2017, cinco pessoas empunhando armas de fogo raptaram um empresário, numa noite também de sexta-feira, de frente da sua casa, na cidade da Maxixe. O acto foi registado por uma câmara de videovigilância.

Em menos de 24 horas, a vítima, de nome Kanassin Gentilal, foi resgatada com vida no distrito de Panda, a 150 quilómetros da cidade da Maxixe, pela PRM.

Tribunal Supremo e bancada parlamentar do partido Frelimo juntam-se à PGR para salvarem Chang da extradição para EUA



O Tribunal Supremo (TS) e a bancada do partido Frelimo na Assembleia da República (AR) juntaram-se à Procuradoria-Geral da República (PGR) nas manobras do Governo de Filipe Nyusi para evitar a extradição de Manuel Chang para os Estados Unidos da América (EUA). Como forma de dar alguma veracidade ao pedido da PGR de transferir o ex-ministro das Finanças da África do Sul, onde está detido, para ser detido e julgado em Moçambique o TS solicitou a AR o levantamento da imunidade da deputado Chang.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Presidência da República

continua Pag. 02

Jovem preso por violar criança em Manica

A Polícia da República de Moçambique (PRM) deteve um suposto pastor, de 26 anos de idade, acusado de oferecer cura a uma criança de 13 anos de idade em troca de relações sexuais, no distrito de Vanduzi, província de Manica.

Texto: Redacção

A miúda frequentava a igreja do alegado abusador. Segundo os pais da criança, o acto aconteceu quando o pastor foi solicitado para tratar a vítima dos males que tinha, mas recomendou que o tratamento devia ser feito na casa da mesma.

Chegado à residência, ele encaminhou a menina ao quarto e mandou os progenitores saírem. Os pais disseram que questionaram o método do tratamento, mas o pastor defen-

deu que, "para a cura ter sucesso", era necessário reduzir a confluência de espíritos no mesmo local.

Na circunstância, o que devia ser um terapia religiosa se transformou num pesadelo familiar. O pastor foi surpreendido a manter cópula forçada com a sua vítima.

A miúda relatou às autoridades policiais que o pastor mandou a ela deitar e simulou uma massagem antes

da oração, supostamente para relaxamento.

Por sua vez, o acusado disse que a sua atitude fazia parte do tratamento e tem procedido da mesma forma noutros casos similares. Ele é profeta desde os 15 anos de idade e já curou muita gente.

"Fiz uma oração antes de aplicar uma pomada nas costas da menina e pedi a ela para ficar relaxada, senão o me-

dicamento não teria efeito" e a comichão de que se queixava em todo o corpo não havia de passar. "O que fiz com ela é parte do tratamento".

A PRM disse que o indiciado consentiu que "manteve relações sexuais com uma menor de idade, mas alegou que tudo fazia parte da cura que a família pediu. "Deve-se prestar muita atenção nas crianças, principalmente quando elas estão com as pessoas cuja conduta desconhecemos".

A verdade em cada palavra.

Diga-nos quem é o

XICONHOCA
da semana



Escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 01 - Tribunal Supremo e bancada parlamentar do partido Frelimo juntam-se à PGR para salvarem Chang da extradição para EUA

Em ofício datado do passado dia 24 de Janeiro, assinado pelo Juiz Conselheiro Rafael Sebastião, nomeado para o cargo em Agosto passado por Filipe Nyusi, o Tribunal Supremo solicita à Presidente da AR, Verónica Macamo, “o consentimento para a imposição da medida de coacção máxima(que ao caso é a prisão preventiva)” ao agora deputado Manuel Chang pois é suspeito de abuso do cargo ou funções, violação da legalidade orçamental, burla por defraudação, corrupção passiva e branqueamento de capitais.

O TS entende que Chang, detido na África do Sul desde o passado dia 29 de Dezembro de 2018 a pedido das Autoridade dos EUA, pode fugir por “encontrar-se fora do país, correndo-se o risco de não atingir os fins do processo, além do perigo de perturbação da instrução preparatória estando o arguido em liberdade”.

Paradoxalmente esta decisão do Tribunal Supremo acontece 6 anos após as dívidas terem sido contratadas com Garantias ilegalmente assinadas por Manuel Chang, 4 anos após a Procuradoria-Geral da República ter iniciado a instrução preparatória do caso, e 3 anos após o Tribunal Administrativo haver sentenciado que as empresas Proindicus, EMATUM e MAM “contraíram empréstimos no exterior, que o Governo avalizou, passando, esses créditos, a constituírem dívida indirecta do Estado. As dívidas em causa foram contraídas sem a devida autorização da Assembleia da República, referida na alínea p) do n.º 2 do artigo 179, da Constituição da República, segundo a qual compete a este órgão autorizar o Governo, definindo as condições gerais, a contrair ou a conceder créditos”.

Advogados ouvidos pelo @Verdade explicaram que esta súbita vontade do Tribunal Supremo prender Manuel Chang é mais uma das manobras do Governo do partido Frelimo para evitar a extradição do seu membro para os EUA pois vem complementar as acções que a PGR está a realizar, em parceria com os advogados do antigo ministro das Finanças, junto da Justiça da África do Sul e dos Estados Unidos da América.



Pedido do Tribunal Supremo é mais uma manobra para evitar a extradição de Manuel Chang

É que a Procuradoria-Geral da República pediu, a 15 de Janeiro, a transferência de Chang para que seja julgado em Maputo mas

à data da sua detenção no Aeroporto Internacional OR Tambo, em Joanesburgo, e até agora não existe nenhum processo crime para julga-lo e muito menos algum mandato de prisão contra o ministro que assinou as Garantias bancárias que possibilitaram os empréstimos da Proindicus, EMATUM e MAM.



Aliás a Justiça moçambicana está impedida de deter Manuel Chang que graças ao seu Estatuto de Deputado da Assembleia da República não “pode ser detido ou preso, salvo em caso de flagrante delito, ou submetido a julgamento sem consentimento da Assembleia da República” e ainda, de acordo com a Constituição da República, o deputado do partido Frelimo pelo Círculo eleitoral da província de Maputo “goza de foro especial e é julgado pelo Tribunal Supremo, nos termos da lei.”

Após ter perdido a batalha para invalidar a detenção, que as autoridades sul-africanas e a Polícia Internacional efectuaram a pedido das autoridades judiciais dos EUA, o antigo ministro das Finanças do Governo de Armando Guebuza tentou sair em liberdade sob pagamento de caução e com termo de residência todavia a estratégia da Defesa foi mudada para alinhar com as diligências do Governo de Moçambique e do partido Frelimo que embora publicamente afirmem pretender “colaborar com as instituições de justiça para o desfecho deste processo respeitando, porém, o princípio de separação de poderes” na prática estão a instrumentalizar a PGR e o Tribunal Supremo evitarem a extradição de Manuel Chang.

Diga-se que as diligências da PGR e do TS são mesmo para a Justiça sul-africana ver e ajudarem na libertação de Manuel Chang pois existem outros arguidos no processo que o Ministério Público tem em instrução preparatória e que continuam livres e a pavonearem-se em Moçambique. São

eles Maria Isaltina Lucas(vice-ministra da Economia e Finanças), Ernesto Gove(antigo Governador do Banco de Moçambique), Piedade Macamo (directora de Economia e Finanças da cidade de Maputo), Gregorio Leao(ex-director do SISE), António Carlos do Rosário(funcionário do SISE), Henrique Alvaro Cepeda Gamito(assessor do Ministério da Economia e Finanças), Victor Bernardo, Eugenio Henrique Zitha Matlaba, Raufu Ismael Ira , Jose Manuel Gopo, Ivone , Agi Anlaue, Felisberto Manuel , Hermínio Lima Alberto Tembe, Cristina Alice Valente Matavel e Nazir Felizardo Passades.

Bancada parlamentar da Frelimo legalizou as dívidas ilegais e junta-se as diligências para evitar a extradição de Chang para os EUA

Ainda na semana passada juntou-se aos esforços para que Manuel Chang não chegue aos Estados Unidos da América o partido Frelimo que, apesar da sua Comissão Política ter declarado que “considera importante que os órgãos da justiça continuem a fazer o seu trabalho para o apuramento da verdade e ao esclarecimento dos factos sem qualquer tipo de interferência” colocou a sua bancada parlamentar de plantão para despachar a solicitação do Tribunal Supremo e em tempo recorde.

No mesmo dia em que recebeu o pedido de levantamento de imunidade Verónica Macamo, presidente da AR e membro da Comissão Política, convocou para a próxima 3ª feira uma sessão extraordinária da Comissão Permanente do Parlamento onde o pedido do TS será apreciado. Antes a solicitação do Tribunal Supremo obteve um Parecer positivo da Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade da Assembleia da República, liderada pelo deputado Edson Macuácu.

Embora seja expectável que os partidos da oposição possam tentar atrasar o pedido do Tribunal Supremo, quiçá para atrapalhar a Defesa de Manuel Chang que no próximo dia 31 tem outra audiência marcada em Joannesburgo, o levantamento da imunidade será certamente chancelada pelos deputados do partido Frelimo, os mesmo que já legalizaram as dívidas ilegais aprovando a sua inclusão na Conta Geral do Estado.

Casal morre num acidente de viação no Niassa

Um casal morreu e uma outra pessoa ficou gravemente ferida, em resultado de um acidente de viação, ocorrido na noite de sábado (26), na cidade de Lichinga, província do Niassa.

As vítimas mortais são o político e empresário local, Faizal Lacá, e a esposa. Está última morreu no princípio da tarde de domingo (27), no Hospital Provincial de Lichinga, para onde foi socorrida com ferimentos graves. O marido perdeu a vida a caminho do

mesmo hospital.

A terceira vítima, que felizmente sobreviveu, mas com lesões graves, é o motorista do carro que causou o acidente e depois fugiu. Ele foi neutralizado pela Polícia da República de Moçam-

bique (PRM) após algumas horas.

Segundo a Televisão de Moçambique (TVM), por volta das 23h00 de sábado, a viatura na qual o casal seguia viagem embateu frontalmente com um outra em que viajavam também dois ocupantes.

A tragédia aconteceu defronte do edifício da Direcção Provincial de Saúde do Niassa e as autoridades policiais disseram que o sinistro foi do tipo choque frontal.

O contudor, de 36 anos de idade, é funcionário do Estado

afecto ao sector da Educação no Niassa, onde é director distrital.

Ainda segundo a PRM, ele tentou ultrapassar um carro e, na circunstância, colidiu com a viatura do casal, que vinha no sentido oposto.

Texto: Redacção



Boqueirão da Verdade

“A Comissão Política da Frelimo considera importante que os órgãos da justiça continuem a fazer o seu trabalho para o apuramento da verdade [sobre o “caso Manuel Chang”] e ao esclarecimento dos factos sem qualquer tipo de interferência no respeito ao princípio de separação de poderes e de Estado de Direito Democrático. A Comissão Política apela ainda a todos os moçambicanos a manterem o espírito patriótico e de união distanciando-se de todas as tentativas de manipulação e aproveitamento desta situação para fins que lhes são alheios”, **Frelimo**

“Sou uma pessoa de rendimentos modestos, apesar da sugestão de que auferi milhões de dólares escondidos em várias contas espalhadas pelo mundo. Visito Portugal com regularidade para tratamento médico e por isso a razão da existência dessa conta bancária naquele país. Depósito ocasionalmente fundos nessa conta para utilizar sempre que visito Portugal”, **Rudi Krause, na leitura do depoimento Manuel Chang**

“Há risco de fuga e as acusações são graves. Manuel Chang Parece ser uma pessoa com capacidades financeiras, que lhe permitem fugir para qualquer local. A experiência ensinou-nos como é fácil ob-

ter documentos de identidade falsos. Liberdade sob caução não. Manuel Chang tem muito dinheiro e pode fugir”, **Elivera Dreyer**

“Moçambique é uma nação que está-se a construir desde aquele 25 de Junho de 1975, quando conquistámos a independência, cujos resultados hoje são visíveis em diversas áreas. A partir daquele dia temos crescido e nos convertido num povo de mulheres e homens gigantes de dignidade. Superámos a exploração colonial”, **Mouzinho de Albuquerque**

“Antes da independência sentíamos, como moçambicanos dominados, a nossa tradição e cultura oprimidas pelo colonizador, que não nos valorizava e tentou dividir-nos. O que transparece é que a partir de um período de consolidação das nossas conquistas começámos a ser aparentemente inferiores ou a claudicar em convicção e de espírito de luta contra as adversidades, como vínhamos demonstrando com o verdadeiro patriotismo. A nossa percepção ou experiência directa leva-nos a afirmar que os novos factores adversos podem estar na origem, em parte, do surgimento, nos últimos anos no nosso país, das “vítimas” do pensamento maligno em relação à sua

mãe pátria”, **idem**

“Tal pensamento exige de todos os cidadãos deste país projecção ou avaliação a cada momento dos nossos sentimentos e atitudes, como moçambicanos, se de facto estamos a construir esta pátria com amor e honestidade, isto é, se os servidores públicos a vários níveis agem da forma como deveriam agir no desempenho das suas funções. O futuro de que estamos a reflectir aqui precisa também de uma justiça que não permita que servidores públicos desonestos institucionalizem a delapidação do erário público, tornando o Estado “pai” dela. Para isso exige-se dela coragem e determinação”, **ibidem**

“O arranjo político protagonizado pela Assembleia da República para que as dívidas ocultas fosses inscritas na Conta do Estado, peca por não ter aguardado pela clarificação de todo o processo relacionado com as mesmas, razão pela qual o questionamento popular. Não se pretende com isso dizer que não se podia votar a favor, o que se pretende dizer é que a votação deveria ter obedecido os princípios da prudência e certeza”, **Benjamim Alfredo**

“É necessário que se mostre

ao povo que há vontade política de se responsabilizar os autores da referida dívida e não deixar que qualquer pessoa especule sobre matérias tão sensíveis de que não possui conhecimento. Tudo quanto se tem dito não mostra clareza absoluta sobre o que aconteceu ou está a acontecer, colocando ainda mais confusão na mente das pessoas. Não se fala doutra coisa senão das dívidas ocultas. Vive-se um ambiente de especulação e desconfiança que não é benéfica para o País. Uma coisa é certa: Contraiu-se uma dívida que não se sabe ao certo quanto é como é que foi gasto o dinheiro. Ora, os últimos pronunciamentos e desenvolvimentos em face da detenção do ex-Ministro das Finanças, Manuel Chang, sugerem que fomos mesmo enganados”, **idem**

“Aliás, considerando o que alguns membros do Governo tem dito, também não sabem ao certo o que aconteceu, senão de que há uma dívida por pagar, resultante de um empréstimo feito a favor das empresas Ematum, Proindicus e Mam. Então, se o Governo não sabia ao certo o que estava a acontecer com as referidas dívidas, porque é que remeteu à Assembleia da República para o seu reconhecimento? Quer parecer que a Assembleia da

República ao votar a favor de inscrição das dívidas ocultas fê-lo na plena consciência de que o Executivo estava consciente de que as mesmas eram reais. Partindo do princípio de que os Bancos emprestaram o dinheiro àquelas empresas tuteladas pelo Estado e este avalizou tais empréstimos através das garantias que prestou, certamente que alguém do Governo esteve envolvido nesta operação”, **idem**

“Um dos grandes problemas que ainda não foi esclarecido é se todo o dinheiro foi usado ou ainda existe algum por usar?! Se porventura ainda existe, onde está depositado tal dinheiro e quem foi que depositou? Será que todos os equipamentos foram fornecidos? Se as empresas que beneficiaram de tal montante são do Estado, significa que pertencem ao povo, por isso, o mais certo seria que os seus responsáveis convocassem uma conferência de imprensa e informassem ao povo sobre o que aconteceu em relação aos projectos que ditaram a contracção das tais dívidas e o estágio das empresas em causa! Se o Governador do Banco de Moçambique apareceu em público (embora pressionado) para explicar sobre o apagão das ATM's, os tais responsáveis deveriam, também, dar a cara”, **ibidem**



Jornal @Verdade

O Presidente Filipe Nyusi acusou nesta quarta-feira(23) os Estados Unidos da América(EUA) de ingerência nas Eleições Autárquicas de 2018 e avisou que nas Gerais de 2019 “os moçambicanos deverão decidir sobre o seu destino, sem manipulação”, ou melhor, apenas com as manipulações do partido Frelimo.

<http://www.verdade.co.mz/destaques/democracia/67825>



Daniel Muzime Kkkk esse nosso presidente deve fumar algo que nao lhe cai bem... juro · 2 dia(s)



Paulo Jorge Morgado Kkkkk vc provocou me dores de cabelo · 2 dia(s)



Daniel Muzime Paulo Jorge Morgado Kkkkkk · 2 dia(s)



Justino Manhique Se os dólares deles são bons então também deve se aceitar as críticas deles. · 2 dia(s)



Mabire Elias Pelo menos disse a verdade, dizendo que o partido Frelimo agora é de manipulação... · 2 dia(s)



Carvalho A marioneta do Gang GUEBUZA falou · 2 dia(s)



Kelly Chihau Quando já sabes q a FBI e CIA estão a sua espera. Então dando



últimas considerações · 2 dia(s)



Florentino Silva O sábio fala porque tem algo a dizer, o tolo porque tem que dizer alguma coisa. Abriu a boca e fechou. · 2 dia(s)



Sebastião Da Isabel Valentim Pode esquecer a FRELIMO não manipula-nos outra vez · 2 dia(s)



Kadinho Kuti Qual ingerência qual quê? sabe se de antemão que as eleições sempre foram injustas e muito menos transparentes mas como político só pode continuar com o papo dele e pensa que nos engana. · 2 dia(s)



Jorge Morgado Gostaria de falar, mas primeiro vou a casa de banho · 2 dia(s)



Valdemyro Ernesto TCharles kkkk a mim tambm me deu

vontad d ir na castuba · 1 dia(s)



Hitle Felix Felix Kkkkkkkkk esse Nyusi ta brincar mal kkkkk · 2 dia(s)



Yussuf Morgado Hitle Felix Felix esta brincado com foco · 2 dia(s)



Teo Cuamba Senhor presidente o povo ja esta cansado com a vida que esta levar em todos aspectos é ja em outubro todo povo ira votar na mundança desse país · 2 dia(s)



Helton Malute Malute Não faz sentido, é blasfema. Isso so pod ser ideia d um tolo e quer associar o president da republica. so pod ser, jornal a mentira. Se reparar a Frelimo foi vencedor absoluto. É impressionante como os fofoqueiros acreditam em tudo que vos é dado. · 2 dia(s)



Olga Bueno Digam me que entenderam mal, não pode ser verdade · 2 dia(s)



Natalino Pompilio Si eu tivesse pucibilidade de lhe questionar ia so querer sabar q tipo d droga ele consome? · 2 dia(s)



Jose Eiras Mas isso não e novidade? Ele devia e tratar de que nao houvesse ingerências de nenhum pais e para isso deve tratar do seu povo e das riquezas do pais em beneficio de

Moçambique · 1 dia(s)



Horacio Mavila O povo Moçambicano ja sabe que todos os que vieram depois do presidente Chissano, nunca foram eleitos pelo povo, mas sim pelo partido FRELIMO e seus aliados. E os mesmos se auto legitimaram chefes do governo, ou simplesmente presidentes. · 1 dia(s)



LjLanga O maior erro que já foi cometido por mim e ter depositado minha confiança nesse. Nyusi · 2 dia(s)



Elsa Silvestre Selevestre A frelimo se ganhar mais xte eleições e so de manipulacao so. xtas divida oculta è que vai vos votar · 1 dia(s)



Pinheiro Junior Esse txoti ja sta bem atralhado, se quizer ganhar pode concorrer como candidato do PIMO. · 2 dia(s)



Alexandre Macitela Esta desesperado o Filipinho nem...? O nosso destino é qui não queremos mais ser governado por gatunos da Frelimo.! · 2 dia(s)



Nagasak Iasine Fumou nyaop... afinal quem acusa o acusad? Devia ficar calad filipinho. · 2 dia(s)



Samson Nkabinde So podia estar bebado!... Esta a brincar com o fogo.. · 2 dia(s)



Chris Muhamud Abubacar Kkkk... ele ja nao tem way... e as suas palavras provocou os EUA! Isto cheira Guerra · 2 dia(s)



Jerry Muchanga A criatividade acabou... Assim Como o scapegoat · 2 dia(s)



Abiudo Siteo Siteo Já mundamx d partido só xtamx a xpera d mês e o dia e a hora so · 2 dia(s)



Álvan Renzo Antonio Algo de errado não esta certo aqui e me deixou furioso. · 2 dia(s)



Dinis Domingos Sixpenze Petisco de gastropada da nisso... · 1 dia(s)



Agy Suleimane Esse é o maior xiconhoca de todos os tempos · 2 dia(s)



Dickson Chongoene E frango d 260 k ta lhe fzer mal esse kota · 2 dia(s)



Billy Blanks Mostra nos as provas · 2 dia(s)



Victor Darsan Só dá pra rir, mas que anedota é essa?!... · 2 dia(s)



Pedro Firmino Nada de Manipulações. · 2 dia(s)

Ficha Técnica

NAMPULA - Av. 25 de Setembro 57 A
Telemóvel+258 84 39 98 635

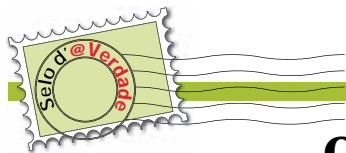
MAPUTO - Avenida Mao Tse Tung 479
Telemóvel+258 86 45 03 076

E-mail: averdademz@gmail.com

Jornal registado no GABINFO, sob o número 014/GABINFO-DEC/2008; Propriedade: Charas Lda; Fundador: Erik Charas.

Director: Adérito Caldeira; Director-Adjunto: Sérgio Labistour; Chefe de Redacção: Emildo Sambo; NAMPULA - Delegado: Hélder Xavier; Chefe de Redacção: Júlio Paulino;

Director Gráfico: Nuno Teixeira; Periodicidade: Diário.



Os nove riscos de Moçambique em 2019

Os riscos medem ou estimam o grau de probabilidade de um fenómeno acontecer, produzindo efeitos negativos sobre as realidades relacionadas com um determinado fenómeno. Por exemplo, existem métodos que avaliam os riscos de crédito, de rentabilidade, de vida, de acidente, de calamidades, entre outros. Riscos das instituições e também o risco de fenómenos de instabilidade de uma região ou país.

Este texto tem como objectivo apresentar aqueles que são, na opinião do autor, os maiores riscos de Moçambique em 2019. Risco de instabilidade política e social e riscos económicos (sobretudo os relacionados com o investimento, a taxa de câmbio, a inflação, o crescimento e o emprego). A sequência apresentada não representa qualquer graduação dos riscos considerados.

Risco 1, ESTABILIDADE POLÍTICA E MILITAR EM CABO DELGADO (PALMA): Nada indica que exista uma solução breve. A opção militarista e securitária já demonstrou não resolver e a actuação dos revoltosos possui características de guerrilha, geralmente sem solução por via exclusivamente militar. Nada indica que o Governo esteja a abordar o assunto de forma integrada, considerando os vários factores da crise (por exemplo, pobreza, extracção de recursos - terra -, tráfegos, étnicos, religiosos). A possibilidade de alargamento do território abrangido pelo conflito é real e já existem esses indícios. A continuidade desta instabilidade pode retrair investimentos (não somente na zona abrangida).

Risco 2, ANO ELEITORAL: Este período pode ser um factor de instabilidade social. As experiências anteriores e em particular as eleições autárquicas de 2018, não inspiram certeza quanto à transparência das eleições. Não são previsíveis quais as consequências no caso de existirem casos graves de fraude, em particular acerca das reacções dos partidos da oposição e em particular da RENAMO. Recorda-se que o processo de desmilitarização da RENAMO foi suspenso após as eleições autárquicas, sendo, provavelmente, resultante da insatisfação da RENAMO pelos casos de fraude comprovada. Esta atitude pode significar a

manutenção da capacidade militar como pressão ou aviso para as eleições gerais em Outubro de 2019. A incerteza dos resultados (cada vez maior), no sentido de mudança de partido dominante, ou ausência de maioria absoluta, retrai certamente o investimento, aumenta os gastos públicos (colocado erroneamente como investimento no orçamento do Estado), reduz a actividade empresarial e do Estado, entre outras consequências.

Risco 3, DÍVIDA EXTERNA E EM PARTICULAR A DÍVIDA EX-OCULTA: Este processo está carregado de incógnitas quanto ao desfecho das investigações e decisões judiciais em curso, tanto individualmente quanto ao pagamento da dívida. As consequências são demasiado conhecidas e já verificadas: instabilidade macroeconómica, desaceleração económica, aumento da pobreza, dívida pública não sustentável, redução drástica do investimento externo (se retirado os mega-projectos), investimento interno incluindo o público, contracção dos gastos públicos, encerramento de pequenas e médias empresas, desemprego, inflação, entre outras. As consequências são inter-geracionais e as decisões de responsabilização e apuramento dos eventuais crimes de fraude e corrupção possuem reflexos imediatos. O desfecho não está concluído. Veremos o que se passa em 2019.

Risco 4, CREDIBILIDADE DA GOVERNAÇÃO E IMAGEM DO PAÍS: As evoluções dos riscos 1, 2 e 3, determinarão a recuperação (ou não) da credibilidade do Governo, das instituições judiciais e, em geral, do sistema político. Em sentido negativo, a não recuperação da credibilidade dificultará o investimento, a cooperação, cujas consequências internas sobre a economia são similares às apontadas: redução do investimento, da cooperação, do crescimento, do emprego, da inflação, do nível de vida dos cidadãos, entre outras.

Risco 5, REPRESSÃO, DIREITOS HUMANOS E RETROCESSO DA DEMOCRACIA: A verificação dos riscos 1, 2, 3 e 4 poderá influenciar o Governo a reforçar os mecanismos de defesa do poder e de um Estado frágil que facilite ou cubra diferentes tipos de tráfego, corrupção e negócios

não transparentes. Se assim for, é expectável que exista mais repressão sobre as vozes críticas (ameaças, ataques de carácter, espancamentos, assassinatos) e, portanto, mais abusos contra os direitos humanos, maior controle do aparelho ideológico (sobretudo sobre os órgãos de informação) e asfixiamento económico de organizações não "alinhas" com o sistema e movimentações militares de intimidação (já em curso). Considerando os níveis de intimidação e repressão, não é provável que aconteçam manifestações pacíficas de rua, ou outras, por parte da sociedade. As táticas da governação por mentiras, diversionismo e silêncio, poderão ser aprofundadas. Por outro lado, serão reforçadas as medidas de captura e criação de colectivos clientelistas, principalmente os funcionários públicos aos diferentes níveis hierárquicos e territoriais, empresários e líderes comunitários. Em 2018, segundo o The Economist, Moçambique foi classificado, pela primeira vez, como possuindo um regime autoritário. Existem sinais com características fascistas no ambiente político e social.

Risco 6, CONTEXTO ECONÓMICO INTERNACIONAL: Não se pode excluir a possibilidade de mudanças na economia internacional se reflectirem negativamente (ou positivamente) em Moçambique. Actualmente, a melhoria de alguns indicadores da economia nominal (taxas de câmbio e de juros, e inflação), resultam sobretudo de entradas de divisas das exportações de carvão, alumínio e algumas commodities agrícolas com preços em alta, do preço favorável (mesmo que muito volátil) do petróleo, de uma política interna restritiva contraindo a procura e as importações. Considerando os níveis atingidos, é provável que aconteçam baixas nos preços de alguns bens primários exportados por Moçambique, afectando a Balança de Pagamentos e a recuperação das variáveis nominais macroeconómicas e da produção em alguns sectores. Pode-se ainda esperar alguma subida das taxas de juro internacionais, agravando o volume e os serviços da dívida e efeitos sobre o investimento externo nas pequenas e médias empresas.

Risco 7, CLIMA: As previsões climáticas apontam para situações

de emergência por cheias e seca, que sempre foram suportadas, principalmente, pela cooperação e donativos. Notícias recentes indicam a existência de populações em situação de fome e a escassez de recursos afectos ao Instituto Nacional de Gestão de Calamidades para acudir a essas situações.

Risco 8, SEGURANÇA ALIMENTAR: A verificação conjugada dos riscos anteriores, implicará, certamente, o aumento da pobreza sobretudo no meio rural com a redução da produção agrícola, o agravamento da insegurança alimentar e a necessidade de mais importação de bens alimentares.

Como se observa, os riscos são reais. A verificação dos mesmos, de forma isolada ou conjugada, poderá reforçar as consequências sobre a sociedade e a economia que, em resumo, são as seguintes: instabilidade política e social, crise económica, redução da cooperação e do investimento externo e descredibilização do Governo e das instituições moçambicanas.

Compete à governação a tomada de medidas tendentes a reduzir os riscos de origem interna e gerir os riscos externos não controláveis pelo Governo de forma a mitigar os seus efeitos. A redução dos riscos depende de medidas integradas para a resolução do conflito em Cabo Delgado, da realização de eleições transparentes, assumir as consequências políticas, criminais e institucionais das ex-dividas ocultas, evitar desmandos autoritários e reforço da democracia. Só assim pode haver recuperação da credibilidade no Governo e nas instituições, a retoma do investimento e da cooperação, e a inversão sustentada da crise económica. A fuga às responsabilidades, o reforço da repressão, a manutenção das instituições e das promiscuidades como mecanismo de defesa e manutenção do poder, serão atitudes historicamente efémeras. A grande questão é saber se a FRELIMO tem a capacidade de se reposicionar e quais as consequências dentro do Partido. Este é o risco 9, certamente o determinante. Dito de um outro modo, é possível mudar algum ADN?

Por João Mosca

Pergunta à Tina...

Oi Tina, chamo-me Marta. Uma amiga minha disse-me que depois de ter relações sexuais, lavar a vagina lá dentro evita a gravidez. É mesmo verdade? Estou curiosa.

Não é verdade não, Marta. Possivelmente, a lavagem vaginal poderá reduzir a probabilidade de gravidez, mas não a elimina totalmente. Portanto, não é um método seguro para evitar a gravidez.

Nunca é demais lembrar que a camisinha, um método simples e barato, quando usada correcta e consistentemente, é 100% eficaz para evitar a gravidez. Além disso, oferece dupla protecção, pois além da gravidez, previne a maior parte das Infecções de Transmissão Sexual (ITSs), incluindo o HIV.

A minha mulher está numa situação de infertilidade. Já há 3 anos que queremos ter um filho mas não conseguimos, mas desde o mês passado ela anda com uma situação estranha, de ter o período fora dos dias dela, isto é o período não é de forma normal, 15 dias depois dos dias dela, teve uma pequena gota, cinco dias depois também, parou uma semana, voltou a acontecer um dia depois de termos tranzado. Assim estamos na incógnita e não sabemos em que situação ela se encontra. Samuel

Olá Samuel. Infelizmente não posso ajudar-te muito. A tua mulher precisa ser observada por um especialista e eventualmente fazer exames específicos para diagnosticar o que se passa. Por isso, só posso recomendar-te que a acompanhes a uma clínica ou centro de saúde onde possivelmente vos ajudarão a encontrar uma solução.

Se tens alguma denúncia ou queres contactar um jornalista

Telegram
86 450 3076

E-Mail
averdademz@gmail.com

Jovem assassina filho de um ano para se prostituir na Zambézia

Uma mulher de 25 anos de idade encontra-se detida, acusada de homicídio qualificado contra o próprio filho de um ano e enterrou o corpo, no distrito de Molumbo, província da Zambézia, alegadamente para que não houvesse impedimento na prostituição a que se dedicava.

Texto: Redacção

Deliberadamente, a indiciada, identificada pelo nome de Hortência Ferreira, asfixiou o filho com as próprias mãos e assistiu a sua morte, sem misericórdia.

“Apertei a garganta e tapei as narinas para não respirar”, contou a jovem e revelou que, de seguida, enterrou o cadáver, sozinha, numa cratera.

A jovem justificou a acção com a alegação de que o pai da criança não dava assistência e os familiares não lhe ajudavam nos cuidados.

Contudo, o @Verdade apurou que o indivíduo a quem ela imputou a paternidade não reconhecia o miúdo por não acreditar que o filho era seu.

Sidner Lonzo, porta-voz da Polícia da República de Moçambique (PRM) na Zambézia, confirmou o acto e disse que a rapariga goza plenamente das suas faculdades mentais. Ela alegou que o miúdo atrapalhava o seu dia-a-dia na prostituição.

Homem viola criança que a tinha como empregada na Beira

Um homem de 39 anos de idade está a contas com as autoridades policiais, na cidade da Beira, província de Sofala, incriminado de ter forçado uma menina de 14 anos de idade a manter relações sexuais consigo.

Texto: Redacção

O caso aconteceu no bairro da Munhava e a vítima trabalhava como empregada doméstica do próprio estuprador.

Segundo relatos da miúda, a cópula ocorreu por várias vezes no quarto onde dormia. O agressor irrompia quase todas as noites pelo com-

continua Pag. 06 →

Frelimo aprova prisão preventiva de Manuel Chang, MDM e Renamo recusam pedido do Tribunal Supremo



A ditadura do voto do Grupo Parlamentar do partido Frelimo na 1ª Comissão da Assembleia da República aprovou o pedido do Tribunal Supremo de prisão preventiva do deputado Manuel Chang, suplantando a posição contrária dos partidos Renamo e MDM. Todavia os deputados constatarem no pedido dos Venerandos Juizes Conselheiros omissões e referências a molduras penais revogadas.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: António Muianga

continua Pag. 08 →

Mais de 24 mil imóveis com títulos não regularizados a favor do Estado em Moçambique

Existem mais de 24 mil imóveis com títulos não regularizados a favor do Estado em Moçambique, tanto quanto existiam em 2014. Durante o ano de 2017 o Governo de Filipe Nyusi cometeu a proeza de registar e/ou regularizar somente 37 imóveis, “o grau mais baixo do quinquénio”.

Texto: Adérito Caldeira

O mais recente Parecer do Tribunal Administrativo (TA) sobre as Contas do Estado revela que entre 2013 e 2017 “o Governo identificou 29.304 imóveis. Deste número, já foram incorporados no e-Inventário 16.879 imóveis e registados 4.922 a favor do Estado. O número total dos imóveis com títulos não regularizados a favor do Estado, é de 24.382”.

O TA verificou “que no quinquénio em análise, o nível de inventariação dos imóveis identificados cresceu 43,8 pontos percentuais, ao passar, de 13,8 por cento, em 2013, para 57,6 por cento, em 2017, mantendo a necessidade de se desenvolverem acções tendentes à incorporação de todo o parque imobiliário do Estado, no e-Inventário, de modo que a CGE traduza, com fidedignidade, a situação patrimonial do Estado, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 13 do Regulamento do Património do Estado, aprovado

Imóveis	2013	2014	2015	2016	2017	2017
Inventariados (n.º)	22 133	4 840	9	2 260	17	29 304
Registados (n.º)	1 071	4 512	11 073	16 021	16 879	16 879
Registos em Registo do Estado (n.º)	1 213	7 766	966	1 821	37	4 922
Nível de Inventariação (%)	13,8	24,26	22,36	24,46	24,56	57,6
Nível de Regularização (%)	10	6,4				14,6

Fonte: Parecer Informativo n.º 14, T.4, T.6 e T.9 do CUE (2013-2017) e Parecer de Esclarecimento.
Nota: CUE de 2017, reconhece 344 imóveis regularizados. Este número foi revisto e corrigido tendo sido acrescentado ao CUE de 2017, para 377.

pelo Decreto n.º 23/2007, de 9 de Agosto”.

A instituição que verifica as Contas do Estado notou também, “que o grau de regularização/ registo dos imóveis a favor do Estado aumentou 9,9 pontos percentuais, ao passar de 6,9 por cento, em 2013, para 16,8 por cento, em 2017. Assim, 83,2 por cento dos imóveis identificados

carecem da verificação da situação jurídica, com vista à regularização dos respectivos títulos a favor do Estado.”

Todavia Tribunal Administrativo constatou que, “no exercício económico de 2017, foram registados/regularizados 37 imóveis, de que resulta o grau mais baixo do quinquénio em apreço (0,2%).”



→ continuação Pag. 05 - Frelimo aprova prisão preventiva de Manuel Chang, MDM e Renamo recusam pedido do Tribunal Supremo

Tal como era expectável os deputados do partido Frelimo na Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade da Assembleia da República (AR) garantiram que a prisão preventiva do antigo ministro das Finanças possa acontecer em Moçambique cancelando um pedido do Tribunal Supremo que se insere nos esforços da Procuradoria-Geral da República, e do Governo de Filipe Nyusi, para evitar a extradição de Manuel Chang da África do Sul, onde está detido desde 29 de Dezembro último, para que seja julgado nos Estados Unidos da América (EUA) por corrupção e lavagem de dinheiro das dívidas ilegais.

“Da apreciação feita do ofício enviado pelo Tribunal Supremo (TS) a Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade entende que estão reunidos os fundamentos, os pressupostos, os requisitos, constitucionais e legais para que a Assembleia da República possa consentir a prisão preventiva de Sua Excelência o Senhor Deputado Manuel Chang de modo a que o processo em curso nas instancias competentes de foro judicial possa continuar a decorrer com a necessária normalidade” disse a jornalistas o deputado Edson Macuácu.

No entanto Macuácu não referiu que Comissão que preside constatou diversas lacunas, lapsos e imprecisões no ofício do TS que, por exemplo, não indica “as datas em que os supostos crimes de que é acusado o deputado foram cometidos, o que dificulta a aferição da fundamentação legal aplicável”.

A moldura penal indicada pelo Tribunal Supremo para o crime de Abuso de cargo ou funções foi revogada pelo Código Penal de 2014, ademais 1ª Comissão constatou que moldura penal referenciada para o crime de Violação da Legalidade orçamental por parte de Chang “são do Código Penal de 1886 e não do Código Penal de 2014”, e que para o crime de Corrupção passiva para acto ilícito o Venerando Juiz Conselheiro Rafael Sebastião indicou uma lei também revogada pelo novo Código Penal em vigor em Moçambique desde 2015.

perturbação da instauração do processo mantendo-se o arguido em liberdade, solicita-se o consentimento para a imposição da medida de coacção máxima (que ao caso é a prisão preventiva), nos termos do artigo 173 da Constituição da República e do artigo 13 do Estatuto do Deputado, aprovado pela Lei nº 31/2014, de 30 de Dezembro”.

II. OBSERVAÇÕES FORMAIS SOBRE O OFÍCIO N/REFº 27/CRIM/19, DE 24 DE JANEIRO DE 2019, DO TRIBUNAL SUPREMO

A Comissão apresenta as seguintes observações formais ao Ofício acima referido:

- O Ofício não apresenta as datas em que os supostos crimes de que é acusado o Deputado foram cometidos, o que dificulta a aferição da fundamentação legal aplicável ao caso, pois de 2013 até 2019 vigoraram várias leis sobre a mesma matéria, em respeito aos princípios de legalidade e tipicidade;
- O artigo 16 da Lei nº 9/87, de 18 de Setembro foi revogado pela alínea g), nº 1 do artigo 2 da Lei Preambular do Código Penal, aprovado pela Lei nº 35/2014, de 31 de Dezembro. Pelos vistos o crime de que é acusado foi praticado antes da vigência do actual Código Penal, que, como se sabe, entrou em vigor em 2015;
- Os artigos referidos são do Código Penal de 1886 e não do Código Penal de 2014;
- O nº 5 do artigo 22 da Lei nº 15/97, de 10 de Junho foi revogado por incorporação no SISTAFE, aprovado pela Lei nº 9/2002, de 12 de Fevereiro. O artigo 22 da Lei nº 15/97, de 10 de Junho constitui o artigo 15 da Lei do SISTAFE, com a eliminação do nº 5. Ou seja, a Lei do SISTAFE já não regula a matéria que constava do nº 5 do artigo 22 da Lei nº 15/97, de 10 de Junho.

Tribunal Supremo pediu apenas prisão preventiva pois o levantamento da imunidade é um pro-

cesso moroso e não serve Chang

O presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade da AR não mencionou ainda que os grupos parlamentares da oposição votaram contra esta possibilidade de prisão preventiva.

“O Grupo Parlamentar do MDM na Comissão considera que a Assembleia da República não pode anuir a solicitação do Tribunal Supremo, nos termos em que a faz, uma vez tratar-se de um pedido de consentimento para a imposição de medida de coacção máxima(prisão preventiva) fora de flagrante delito, tendo em consideração o plasmado no nº 1 do artigo 173 da CRM que impõe que apenas há lugar a detenção ou prisão nos casos de flagrante delito, o que no caso em análise fere esta disposição constitucional”, pode-se ler no Parecer da 1ª Comissão do Parlamento a que o @Verdade teve acesso.

Por seu turno o partido Renamo argumentou que “não estão reunidos os pressupostos e requisitos constitucionais e legais para que a Assembleia da República possa consentir a prisão preventiva” pois embora o TS refira que o auto de instrução preparatória da PGR tenha como arguido Manuel Chang nos três últimos informes feitos por Beatriz Buchilli a AR informou que “não havia arguidos”.

Votaram favoravelmente a mais esta manobra para salvar Manuel Chang da extradição os deputados do partido Frelimo Edson Macuácu, Manuel Vasconcelos Maria, Hélder Ernesto Injojo, Agostinho Gomes Chipindula, Patrício M´ pangai, Afonso Lopes Nipero, Esmeralda Aurélio Mutemba, João Catemba Chacuamba, Jovial Setina Mutombene Marengue da Cruz, Lutsé Esperança e Mirione Rumeia.

VIII. VOTO VENCIDO

Votaram vencidos, pelas razões aduzidas nos respectivos posicionamentos, do presente parecer, os seguintes Deputados da Comissão:

1. Isekiel Molde Gusse;
2. António Augusto Eduardo Namburete;
3. Saimone Muhambi Macuiana;
4. Maria Angelina Dique Enoque;
5. Carlos Manuel Simbi;
6. Luciano Filipe Governo;
7. Laurinda Silvia Pedro António Cheia.

Recorde-se a 26 de Abril de 2017 estes representantes do povo, assim como outros 124 eleitos pelo partido no poder, votaram “em consciência” à favor da transformação das dívidas das empresas Proindicus e MAM em Dívida Pública. Em 2016 já tinham também legalizado o empréstimos da EMATUM.

Com base no Parecer favorável da Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade a Comissão Permanente da Assembleia da República, que reúne nesta terça-feira(29), deverá aprovar a detenção preventiva do antigo ministro das Finanças que assinou as Garantias bancárias ilegais que possibilitaram as dívidas de mais de 2 biliões de dólares à favor das empresas Proindicus, EMATUM e MAM.

Diga-se que o pedido do Tribunal Supremo foi efectuado apenas para a prisão preventiva pois caso a solicitação fosse de levantamento da imunidade do deputado a sua apreciação teria de acontecer numa Plenária o que não serviria os interesses de Chang que esta semana regressa ao tribunal em Johannesburg para tentar evitar a sua extradição para o EUA com o argumento que antes deve ser julgado em Moçambique.

Jovem detido por violar a própria mãe em Cabo Delgado

Um homem de 28 anos de idade encontra-se a contas com a Polícia da República de Moçambique (PRM), em Cabo Delgado, acusado de abusar sexualmente da sua própria mãe, de 58 anos, quando ambos se encontravam na machamba. Ele é ainda indiciado de tentativa de estupro de uma outra mulher.

Texto: Redacção

O acusado, encarcerado no Comando Distrital da PRM em Mecufi, confessou o crime, cometido em Dezembro passado, e sem rodeios afirmou: “tentei violar sexualmente uma outra anciã”, após uma alegada negociação fracassada de sexo.

O @Verdade apurou que o jovem é usuário de drogas. “Não sei o que me aconteceu”, mas o certo é que “violei a velha [mãe]. Violei e até arranquei o dinheiro dela, 540 meticais. Depois fugi. Ela gritou para que eu a deixasse mas mesmo assim violei”, narrou o suposto abusador.

O homem contou, num outro desenvolvimento, que, para além de ter ofendido e desonrado a própria progenitora, tentou aliciar uma outra idosa com 200 meticais para manter relações sexuais com a mesma.

A vítima recebeu o dinheiro simplesmente como oferta e recusou fazer sexo. “Eu disse a ela que uma pessoa não pode ir ao mercado comprar caril e depois não comer. Compra-se caril para consumir no mesmo dia”.

O cidadão disse que insistiu mas a mulher em causa não cedia e não queria também devolver o dinheiro que recebera. Sem entendimento, o jovem recorreu à força física para tentar lograr os seus intentos.

Ele próprio admitiu que o estupro não aconteceu porque a vítima perdeu os sentidos devido ao medo.

A PRM disse que o processo sobre estes crimes já está a correr os trâmites necessários na Procuradoria Distrital de Mecufi.

→ continuação Pag. 05 - Homem viola criança que a tinha como empregada na Beira

partimento ou durante a ausência da sua mulher e dizia: “vamos dormir juntos, mas não fala para a tua tia [patroa] e vou te comprar calcinhas”.

A miúda disse que numa das ocasiões chorou bastante porque o patrão não queria deixá-la. “Ele tapou-me a boca com uma toalha”.

Em sua defesa, o homem refutou as acusações que pesam sobre si. Ele alegou que nunca assediou a criança nem entrou no quarto onde dormia.

Sididi Paulo, porta-voz do Comando Provincial da Polícia da República de Moçambique (PRM), em Sofala, disse que crimes como este devem ser vigorosamente denunciados e punidos. As comunidades e as famílias devem estar sempre vigilantes e não hesitem em contactar as autoridades.

Mundo

Sobe para 68 o número de mortos por inundações e deslizamentos na Indonésia

As autoridades da Indonésia elevaram neste domingo para 68 o número de mortos pelas fortes precipitações e ventos que afectaram o sul da ilha de Celebes e causaram inundações e deslizamentos, enquanto sete pessoas continuam desaparecidas.

Texto: Agências

O nível da água, que chegou a atingir dois metros de altura, afectou 188 populações e provocou a evacuação de 6.757 residentes na província de Celebes do Sul, indica a agência de mitigação de desastres (BNPB).

As chuvas, que tiveram seu ponto alto na terça-feira, varreram parte das infraestruturas da região e afectaram quase 12 mil hectares de arrozais e vários centros religiosos e educativos.

As equipas de busca e resgate registaram o maior número de mortos no município de Gowa, onde morreram 45 pessoas, seguido de Jeneponto, com 14.

O Governo provincial de Celebes do Sul anunciou na quinta-feira um orçamento especial de 1 bilhão de rupias (US\$ 70 mil) para os trabalhos de emergência e recuperação.

ANUNCIE AQUI

todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail

averdademz@gmail.com



O Jornal mais lido em Moçambique.

Mais um idoso estupra neta de apenas três anos em Manica

A Polícia da República de Moçambique (PRM), em Manica, deteve mais um adulto, suspeito de abusar sexualmente da sua própria neta, de três apenas anos idade, na cidade de Chimoio. É o segundo caso divulgado pelas autoridades, este ano, volvidas mais de duas semanas, numa província onde há cada vez mais crianças a serem desonradas.

Texto: Redacção

Trata-se de um homem de 53 anos de idade, que, segundo Mateus Mindú, porta-voz do Comando Provincial da PRM, naquele ponto do país, é avô da vítima e o crime aconteceu no último fim-de-semana.

Este é um dos episódios que sugerem que o abuso sexual é promovido por pessoas próximas e parentes das vítimas.

O suposto estuprador foi denunciado pela própria mulher. Esta disse que o seu marido violentou a neta no quarto desta.

A senhora, que é avó materna da miúda, apurou o @Verdade, disse ainda que não tem ideia de quantas vezes o abuso pode ter acontecido até ser descoberto. Porém, ela nunca imaginou que o esposo fosse capaz de cometer tal crime.

A mulher explicou que a vítima apresentava corrimento nos órgãos genitais e decidiu levá-la a uma unidade sanitária, onde se revelou que a neta sofreu abuso sexual.

De acordo com ela, não suspeitava de mais ninguém, senão do próprio marido, por ser o único que tem ficado mais tempo com a menina.

O homem refutou as acusações que pesam sobre si, mas a Polícia disse que os exames médicos e as declarações da esposa são contundentes para se manter a detenção, enquanto prosseguem outras averiguações necessárias.

Os abusos sexuais de meninas são uma prática cada vez mais comum em Manica e a detenção de um e outro acusado, na sua maioria idosos, não demove os promotores.

Na primeira semana de Janeiro prestes a findar, a PRM recolheu aos calabouços um homem de 60 anos por abuso sexual a duas crianças de 10 anos de idade, em Manica. A par de Nampula, naquela província, os casos de estupro de crianças são frequentes.

Para lograr os seus intentos, as vítimas foram aliciadas com dinheiro e rebuçados. Uma das miúdas contou que o seu ofensor disse que se ela revelasse aos pais o que lhe tinha feito iria bater nela.

Em 2018, vários outros casos de agressão sexual contra menores foram reportados pela Polícia, um dos quais em Novembro, envolvendo um ancião de 77 anos de idade, indiciado de violar sexualmente uma criança de 10 anos de idade, na cidade de Chimoio.

A vítima, o estuprador, também devidamente identificado pelas autoridades policiais, prometeu dinheiro.

Manuel Chang ainda não pode ser detido em Moçambique pois a Justiça não pediu o levantamento da sua imunidade



Sete deputados do partido Frelimo na Comissão Permanente da Assembleia da República (AR) deliberaram à favor do pedido do Tribunal Supremo de deter preventivamente o deputado Manuel Chang. No entanto o antigo ministro das Finanças e assinante das dívidas ilegais não pode ainda ser detido em Moçambique, não só porque está preso na África do Sul mas particularmente porque a sua imunidade de deputado tem de ser levantada antes, e isso não foi solicitado pelas autoridades da Justiça moçambicana.

Texto & Foto: Adérito Caldeira

continua Pag. 08 →

Moçambicanos perseguidos e assassinados por causa dos rubis de Namanhumbir conseguem Justiça em Londres

A população da aldeia de Namucho-Ntoro, em Namanhumbir, que há cerca de uma década tem sofrido inúmeros actos de violência perpetrados por seguranças, militares e até agentes da polícia ao serviço do general Raimundo Pachinuapa e dos seus sócios estrangeiros conseguiram enfim alguma justiça em Londres. Os ingleses da Gemfields, sócios maioritários da Montepuez Ruby Mining, admitiram nesta terça-feira(29) que actos de violência aconteceram entre 2011 e 2018 dentro e ao redor da sua concessão na província de Cabo Delgado e por isso vão indemnizar os moçambicanos em cerca de 6 milhões de dólares norte-americanos.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo

"A Gemfields reconhece que no passado acontecimentos de violência ocorreram dentro e nas cercanias da concessão da Montepuez Ruby Mining", declarou a empresa sediada no Reino Unido em comunicado de imprensa onde não assume responsabilidade sobre 273 queixas de violência mas indica que vai criar um painel que determinará a atribuição de compensações financeiras por queixas ou reclamações que venham a ser feitas no futuro.

Funcionários da segurança da multinacional que está em Moçambique desde 2011, explorando um filão que contém 40 por cento das reservas de rubis do mundo, assim como agentes de diversos ramos das Forças de Defesa e Segurança são acusados há vários anos de terem espancado, usados balas reais e até fogo para alegadamente afugentarem centenas de mineiros ilegais que artesanalmente operam próximo da sua concessão mineira.



Apesar de inúmeras queixas e inúmeros processos lavrados no tribunal distrital de Montepuez a justiça aconteceu no início de Fevereiro em Londres onde um grupo de 273 cidadãos moçambicanos, com o apoio legal do escritório de advogados Leigh Day, processava a Gemfields no Supremo Tribunal britânico por actos de violência que

incluem pelo menos 18 assassinatos e 95 fogos postos em residências que @Verdade tem vindo a reportar.

Quiçá para evitar uma condenação os sócios ingleses do general Pachinuapa aceitaram um acordo extrajudicial onde vão indemnizar em cerca de

continua Pag. 08 →



→ continuação Pag. 07 - Manuel Chang ainda não pode ser detido em Moçambique pois a Justiça não pediu o levantamento da sua imunidade

“A Comissão Permanente reunida em sessão extraordinária apreciou o pedido formulado pelo Tribunal Supremo com relação ao caso do deputado Manuel Chang e após a apreciação e o deba-

Frelimo, nomeadamente ele próprio, Verónica Macamo, Sérgio Pantie, Hermenegildo Mateus Infante, Elisa Amina Amisse Timóteo, Ana Rita Geremias Sithole e Daniel João Matavele pois os de-



te deliberou à favor do pedido” disse a jornalista nesta terça-feira (29) o deputado do partido Frelimo António José Amélia.



Contudo António José Amélia, que é vice presidente da AR, não explicou que a deliberação foi realizada apenas pelos deputados do partido

putados do partido Renamo abandonaram a sessão extraordinária que aconteceu em Maputo. O Movimento Democrático de Moçambique também não se fez representar pois o seu Chefe de bancada esteve ausente.

De acordo com vice-presidente da AR, este órgão que coordena as actividades da AR no intervalo entre as sessões plenárias, “cumpru com aquilo que era a sua obrigação dentro dos requisitos exigidos pelo Tribunal Supremo”.

“Não autorizou ao Tribunal Supremo que retirasse a imunidade, nem pôde fazê-lo, portanto neste momento ao Tribunal Supremo cabe-lhe fazer cumprir estrita-

mente a lei para que não haja ferimento daquilo que é o direito deste cidadão que é deputado da Assembleia da República”, afirmou António José Amélia.

O vice-presidente da Assembleia da República precisou que o Tribunal Supremo só poderá deter preventivamente Manuel Chang quando este regressar a Moçambique e após obter autorização da Plenária do Parlamento que é o órgão competente para o levantamento da imunidade dos deputados, ou então em caso de flagrante delito, o que já não seria relacionado com as dívidas ilegais que foram contratadas em 2013 e 2014.

“Recusamos a ser parte de um esquema que foi montado pelo partido Frelimo para tentar tirar o sr. Manuel Chang do local onde se encontra”

“O Grupo parlamentar da Renamo na Comissão Permanente acha que Manuel Chang neste momento não é uma preocupação para nós, na medida em que está sob prisão efectiva na África do Sul, não constituindo um arguido que possa fugir como se alega no pedido que nos foi enviado pelo Tribunal Supremo” começou por esclarecer, em conferência de imprensa, Ivone Soares.

A chefe da bancada parlamentar do partido Renamo

recordou que existem outros 17 “elementos da sociedade moçambicana que estão devidamente identificados, que foram arrolados como parte do grupo que lesou a nossa pátria, e que esses sim significam uma ameaça para a Justiça, no sentido de que podem efectivamente fugir”.



“(…) Notámos uma azáfama, uma correria, uma colaboração que jamais vimos noutros processo entre os órgãos de Soberania no sentido de quererem deter alguém que já está detido, achamos que é uma manobra dilatória para perturbar o julgamento que está a ser levado à cabo na África do Sul e a extradição de Manuel Chang para os Estados Unidos da América”, disse também Ivone Soares que explicou que o regimento da AR não permite que se “coloque em prisão preventiva um deputado que goza de imunidade”.

A líder parlamentar da opo-

sição concluiu afirmando que: “nós nos recusamos a ser parte de um esquema que foi montado pelo partido Frelimo para tentar tirar o sr. Manuel Chang do local onde se encontra a ser devidamente investigado, e esperamos que a extradição aconteça o mais rápido pos-

sível, porque conhecemos muito bem a nossa Justiça, sabemos muito bem que ela é forte para os fracos e fraca para com o forte”.

O antigo ministro das Finanças, que está detido na África do Sul desde 29 de Dezembro de 2018 a pedido das autoridades norte-americanas, deverá comparecer novamente ao tribunal de Johannesburg na quinta-feira (31) para tentar evitar a sua extradição para Nova Iorque onde é arguido num julgamento por corrupção e lavagem do dinheiro das dívidas ilegais das empresas Proindicus, EMATUM e MAM.

→ continuação Pag. 07 - Moçambicanos perseguidos e assassinados por causa dos rubis de Namanhumbir conseguem Justiça em Londres

5,3 milhões de dólares cada um dos queixosos a título de reparação pelos estragos sofridos e 660 mil dólares serão investidos na criação de um programa de reinstalação na aldeia de Namucho-Ntoro que irá acomodar 100 famílias.

Paradoxalmente este acordo, cujo montante representa uma pequena percentagem dos lucros desta multinacional em Moçambique que ascenderam a 463 milhões de dólares norte-ameri-

canos, acontece numa altura em a região das minas de rubis é o epicentro de ataques terroristas desde finais de 2017.

Aliás académicos moçambicanos determinaram que os rubis de Namanhumbir são uma das razões dos ataques protagonizados por insurgentes apelidados de Al Shabaab pelos locais, embora não tenha conexões com o grupo homónimo da Somália, e que já causaram a morte de mais de três centenas de pessoas.

Acidentes de viação provocam 21 mortos e 146 feridos em Moçambique

Pelo menos 21 pessoas morreram e outras 146 ficaram feridas em consequência de 24 acidentes de viação ocorridos entre 19 e 28 de Janeiro prestes a findar, em algumas estradas moçambicanas. Um dos sinistros fatais aconteceu na tarde de segunda-feira (28), distrito de Morrumbene, província de Inhambane.

Texto: Redacção

Segundo a Polícia da República de Moçambique (PRM), em Inhambane, o acidente, no qual três pessoas perderam a vida e outras oito contrairam ferimentos graves e ligeiros, envolveu duas viaturas de caixa aberta que faziam sentidos opostos.

O mesmo deu-se na zona de Tchau, Estrada Nacional Número Um, (EN1). A causa foi o rebentamento de pneu de um dos carros.

Num outro desenvolvimento, o Comando-Geral da PRM disse que outros 18 indivíduos perece-

ram na semana passada, devido a 23 sinistros rodoviários, que deixaram igualmente 28 feridos graves e 110 ligeiros.

O excesso de velocidade e a má travessia de peões foram as principais causas.

Na mesma semana, em alusão, 12 condutores foram presos por se fazerem ao volante sem as devidas habilitações para o efeito. Outros 11 ficaram privados de liberdade por suposta tentativa de suborno aos agentes da Polícia de Trânsito (PT).

goste de nós no
[facebook.com/JornalVerdade](https://www.facebook.com/JornalVerdade)

Jornal @Verdade

O Tribunal Supremo (TS) e a bancada do partido Frelimo na Assembleia da República (AR) juntaram-se à Procuradoria-Geral da República (PGR) nas manobras do Governo de Filipe Nyusi para evitar a extradição de Manuel Chang para os Estados Unidos da América (EUA). Como forma de dar alguma veracidade ao pedido da PGR de transferir o ex-ministro das Finanças da África do Sul, onde está detido, para ser detido e julgado em Moçambique o TS solicitou a AR o levantamento da imunidade da deputado Chang.

<http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35/67840>



Bissial Saraiva Kkkkk
esse pais esta mal · 3 h



Horacio J. Dos Santos O problema dos camaradas é de pensar

que eles são a única gang de mozt! To a espera de oportunidade eu sou de munhava , durmo com pneu, petroleo e fósforo! Tenho fé que um dia vamos nos unir! Daí já sabe! · 1 dia(s)



Melucha Banze Estão em apuros · 11 h



Miguel Santos Para Outubro já só faltam 9 meses. · 13 h



Edson Mauricio Edson Sozinhas ja estao a dar a cara. Ja nao se tem duvidas que o presidente esta na lista também · 1 dia(s)



Tradutor Dinis Sabem como funciona a MÁFIA? · 1 dia(s)



Hermildo Albino Gundane Vergonha só · 1 dia(s)



Eduardo Tomas Sairosse Nbavas da merda · 1 dia(s)



Billy Blanks ACHAM QUE TODOS PAÍSES SÃO GANGUESTERS. · 1 dia(s)

Cidadania



Chitymbè Dã Azêliã Chitymbinho Gatunos ja nao keremos mais · 1 dia(s)



Benito Gente-fina estão Fudido...!! · 1 dia(s)



Joao Baptista Machango Nbavas so esses nao valem nada



pha · 1 dia(s)



Boavida Da Surprisenight Manhenje vão a merda · 1 dia(s)



Júnior Nuraly Gang's de mozt. · 1 dia(s)



Sergio Khensakule Khensakule Se os EUA A CEITAR A serem burlado



ele nao vai · 16 h



Arthur Boss Matavel Ele vai pra América · 1 dia(s)



Alfane Mussagy Alfane Heheeeee · 1 dia(s)



Melania Alfandega Shiiiiiii · 14 h



Crima Machumane Amutive · 5 h

Descargas atmosféricas matam 40 pessoas em Moçambique

As descargas atmosféricas, que têm fustigado sobretudo as regiões centro e norte de Moçambique, mataram pelo menos 40 pessoas, disse o Governo, na terça-feira (29), e avançou que algumas bacias hidrográficas continuam a transbordar já alagaram algumas vias rodoviárias.

Texto: Redacção

“O número de óbitos subiu de 36 para 40 em todo o país, devido às descargas eléctricas”, disse Ana Comoana, porta-voz do Conselho de Ministros, após a “avaliação da situação de emergência e das acções em curso para minimizar o impacto das calamidades naturais”.

Segundo a governante, por conta da chuva que cai sobremaneira no centro e norte do país, a bacia de Messalo mantém-se em alerta e condiciona a circulação rodoviária, sobretudo no distrito de Montepuez, concretamente nos postos administrativos de Mirate e Nairoto.

Situação identifica aconteceu com a bacia do Punguê, cujo transbordamento condiciona a transitabilidade em algumas localidades.

Ana Comoana explicou que as bacias de Licungo e do Zambeze registam oscilação de níveis de água, mas com tendência a subir.

Já a barragem dos Pequenos Libombos, na província do Maputo, não dispõe de água suficiente, por causa da escassez da chuva na região sul de Moçambique.

O facto levou o Governo a fazer restrições no fornecimento de água, segundo anunciou o ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, esta quarta-feira (30), durante a visita ao local.

Por conseguinte, 14.577 pessoas das cidades de Maputo, da Matola e vila de Boane vão continuar a enfrentar restrições no fornecimento de água.

Se tens alguma denúncia ou queres contactar um jornalista



Telegram

86 450 3076



E-Mail

averdademz@gmail.com

RM, TVM e outras seis Empresas Públicas violam a lei e pagam mais do que podem aos seus funcionários



A Rádio Moçambique, a Televisão de Moçambique e outras seis Empresas Públicas deficitárias violaram a lei e pagaram aos seus funcionários cerca de 1 bilhão de meticals acima do que os seus custos operacionais permitem.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo

continua Pag. 10 →

4 anos de Nyusi mais corruptos do que era Guebuza

A evidente falta de responsabilização dos grandes corruptos durante os 4 anos de governação de Filipe Nyusi afundou Moçambique no Índice de Percepção da Corrupção: em 2015 o país ocupava a posição 111 e em 2018 está no lugar 161. Na Região Austral de África mais corruptos do que a “Peróla do Índico” somente o Zimbabwe, a República Democrática do Congo e Angola.

Texto: Adérito Caldeira

Os discursos do Presidente Nyusi reafirmando firmeza no combate à corrupção não encontram resposta na Justiça, quiçá pelos compromissos políticos que impedem uma real separação dos poderes em Moçambique.

A falta de responsabilização criminal nos casos Embraer, Odebrecht, dos funcionários fantasmas e das dívidas ilegais são algumas das evidências que mantiveram o nosso país entre os mais corruptos do mundo no ranking do ano passado, divulgado na segunda-feira (28) pela organização Transparência Internacional (TI).

A chamada “Pérola do Índico” que obteve 23 pontos, menos dois que em 2017, está na posição 161, dentre 183 países avaliados. Entre os 32 países membros da União Africana Moçambique é o 13º a contar do fim



superando apenas o Zimbabwe, a República Democrática do Congo, Angola, Chade, Congo, Burundi, Líbia, Guiné Equatorial, Guiné Bissau, Sudão, Sudão do Sul e a Somália.

Quando Filipe Nyusi tornou-se Presidente o nosso país ocupava a posição 119, tinha obtido 31 pontos, durante o seu primeiro ano de governação até subiu para a posição 111 no entanto em 2016, ano da des-

coberta das dívidas ilegais da Proindicus, EMATUM e MAM, Moçambique caiu para lugar 142, com 27 pontos.

Mesmo após as constatações da Comissão Parlamentar de Inquérito à situação da Dívida Pública e dos detalhes revelados pela Auditoria da Kroll a Procuradoria-Geral da República tem-se mostrado incapaz, ou incapaz, de acusar qualquer um dos cidadãos identificados quem assinou os documentos e recebeu dinheiro deste que é o considerado pela TI “um dos maiores escândalos de corrupção de África”.

O Índice de Percepção da Corrupção, da Transparência Internacional, criado em 1995, é um dos principais indicadores à escala mundial da corrupção no sector público, continua a ser liderada pela Dinamarca (88 pontos) e Nova Zelândia (87 pontos).



→ continuação Pag. 09 - RM, TVM e outras seis Empresas Públicas violam a lei e pagam mais do podem aos seus funcionários

Num evidente, e recorrente violação do número 2 do artigo 36 do Regulamento da Lei das Empresas Pública, que fixa em 30 por cento do total dos custos operacionais a percentagem a que poderão corresponder os custos com o pessoal, oito Empresas Públicas pagaram 957.494.084,89 meticais de despesas com o pessoal.

A constatação é do Tribunal Administrativo (TA) à Conta Geral do Estado de 2017 que revela que os mais altos custos com os seus trabalhadores foram pagos pela Rádio Moçambique (RM), que gastou 501.731.752,39 meticais num exercício onde registou prejuízos de mais de 2 biliões de meticais.

O canal radiofónico que confunde o serviço Público com a propaganda do partido Frelimo e do Governo só conseguiu fazer esses gastos, 1.377,18 por cento acima dos custos operacionais que foram de 113.218.383,18 meticais, porque o Executivo de Filipe Nyusi, mais uma vez subsidiou o seu funcionamento entregando mais 329.441.000 na RM.

Tal como a rádio, a Televisão de Moçambique (TVM) acumula prejuízos operacionais todos anos, em 2016 foram 126,4 milhões e em 2017 ascenderam a 197,3 milhões de meticais.

Embora tenha tido um custo

Quadro n.º VI.31 – Custos Operacionais <i>Versus</i> Custos com o Pessoal								
(Em Meticais)								
Empresa	Rádio Moçambique	TVM Televisão de Moçambique Empresa Pública - SEDE	Empresa Municipal de Transporte Rodoviário de Maputo	Hidráulica do Chókwè E.P. (HICEP)	Regadio do Baixo Limpopo E.P.- RBL	Empresa Nacional de Parques de Ciência e Tecnologia E.P.	Imprensa Nacional de Moçambique	Empresa Municipal de Transportes Públicos da Matola
Custo com pessoal	501.731.752,39	334.844.000,46	157.597.769,00	43.331.311,13	38.145.600,00	26.523.255,15	73.726.660,00	55.116.047,00
Custos Operacionais	113.218.383,18	216.023.350,75	382.378.771,00	25.852.901,34	42.818.022,96	7.235.354,95	13.165.730,00	111.048.517,00
Equivalente a 30%	33.965.514,95	64.807.005,23	114.713.631,30	7.755.870,40	12.845.406,89	2.170.606,49	3.949.719,00	33.314.555,10
Excesso	467.766.237,44	270.036.995,24	42.884.137,70	35.575.440,73	25.300.193,11	24.352.648,67	69.776.941,00	21.801.491,90
Excesso (%)	1.377,18	416,68	37,38	458,69	196,96	1.121,93	1.766,63	65,44

Fonte: DNT.

operacional de 216.023.350,75 meticais em 2017 a TVM gastou 334.844.000,46 meticais com os seus funcionários, 416,68 por cento acima do limite por lei. Os fundos adicionais para a televisão, que também confunde o serviço Público com a propaganda do partido Frelimo e do Governo, foram injectados pelo Executivo como subsídio que nesse exercício económico foi de 309 milhões de meticais.

Os sucessivos governos do partido Frelimo vêm subsidiado estas duas empresas deficitárias há vários anos, de acordo com o Tribunal Administrativo entre 2013 e 2017 a Rádio Moçambique recebeu subsídios de mais de 2 biliões de meticais enquanto a TVM foi subsidiada em 1,7

bilhão de meticais.

E sem nenhum pudor para 2019, ano de eleições Gerais, o Governo inscreveu como primeira prioridade do Plano Económico e Social propaganda das “realizações” positivas da sua governação usando a rádio e televisão públicas sob coordenação do Gabinete de Informação. Para isso o @Verdade descobriu que os subsídios foram aumentados, a Rádio Moçambique vai receber 654.241.290 meticais e a Televisão de Moçambique tem uma dotação de 451.706.290 meticais.

Empresa Nacional de Parques de Ciência e Tecnologia e Imprensa Nacional com as mais altas violações

Regulamento das Empresas Públicas

Também violou o Regulamento da Lei das Empresas Públicas a Empresa Municipal de Transporte Rodoviário de Maputo que segundo o TA teve custos operacionais de 382.378.771 meticais dos quais pagou 157,6 milhões de meticais aos seus funcionários, 37,38 por cento acima do limite.

A Hidráulica do Chókwè, que teve custos operacionais de 25.852.901,34 meticais pagou 43,3 milhões de meticais aos seus trabalhadores, 458,69 por cento acima do limite.

Por seu turno a empresa Pública do Regadio do Baixo Limpopo superou em 196,96 por cento o limite dos seus custos operacio-

nais que gastou com pessoal.

A Empresa Municipal de Transportes Públicos da Matola, que teve custos operacionais de 111.048.517 meticais pagou 55,1 milhões de meticais aos seus trabalhadores, 65,44 por cento acima do limite.

Mais gritantes foram as violações da Empresa Nacional de Parques de Ciência e Tecnologia, que para custos operacionais de 7.235.354,95 meticais pagou 26.523.255,15 meticais aos seus funcionários, 1121,93 por cento acima do limite, e da Imprensa Nacional de Moçambique, que teve custos operacionais de 13.165.730 meticais dos quais pagou 73.726.660 milhões aos seus funcionários, 1.766,63 por cento acima do limite.

Pessoas com deficiência reivindicam inclusão e protagonismo político em Moçambique

A vida das pessoas com deficiência permanece extremamente difícil em Moçambique. Os discursos, por vezes a rodos, sobre a inclusão deste grupo continuam igualmente longe de se transformarem em acções tendentes a resolver os problemas com que se debate, um dos quais diz respeito à fraca ou quase ausente participação nos processos políticos e de tomada decisão, relataram os representantes da classe, na quarta-feira (30), em Maputo, no lançamento de uma acção de “auscultação nacional sobre a sua inclusão”.

Texto & Foto: Emildo Sambo

As agremiações que advogam em prol deste grupo no país reiteram a necessidade de as pessoas com deficiência terem uma participação social, económica e política plena, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, para o fortalecimento da democracia e da inclusão.

Ricardo Moresse, presidente da Associação dos Deficientes Moçambicanos (ADEMO), disse que, com a “auscultação nacional sobre a sua inclusão”, a partir da próxima semana, pretende-se apurar os aspectos que impedem as pessoas com deficiência de tomar protagonismo em processo políticos.

Adicionalmente, procura-se formas de influenciar os partidos políticos a incluírem nos manifestos eleitorais questões sobre a deficiência.

Em Outubro deste ano, haverá eleições gerais no país. Várias organizações, incluindo as que passam um quinquénio como se não existissem, brotam como cogumelos e procuram protagonismo no espaço político.

Segundo as declarações de Ricardo Moresse, este não é o caso das associações que se batem,



há anos, pelos direitos das pessoas com deficiência.

A fonte argumentou que, apesar de o país ter homologado a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, por exemplo, a diferença entre o que se diz no papel e na realidade é abismal. É necessário que haja “medidas administrativas, condições materiais e humanas” para que o grupo em alusão goze efectivamente dos seus direitos.

Por exemplo, a questão de aces-

sibilidade, cujo decreto sobre a matéria vigora há 10 anos, é ainda é preocupante e está longe de ser efectivada.

“Se olharmos para a questão dos transportes, têm sido alocados autocarros público” em várias províncias, mas “não conhecemos nenhum autocarro que esteja adaptado para as pessoas com deficiências” física.

Nas escolas, o discurso é de que elas são inclusivas. Todavia, “a realidade é completamente diferente”. O grosso dos estabele-

cimentos de ensino, senão todos eles, não permite que os alunos deficientes acedam a eles.

Fraca inclusão pode perigar a democracia

Para Delton Miuanga, da Westminster Foundation For Democracy (WFD), é preciso fortalecer a inclusão das pessoas com deficiência e garantir a materialização do direito à participação política, em especialmente eleitoral.

As auscultações a serem levadas a cabo pelo país visam fortalecer a inclusão das pessoas com deficiência, para que tenham direito à participação política (...). Em Moçambique, a inclusão social, económica e política das pessoas deficientes é fraca, o que pode perigar a democracia, disse.

Sociedade deve ser “inclusiva e favorável às pessoas com deficiência”

Graciano Langa, afecto ao Ministério do Género, Criança e Acção Social, admitiu que ainda persistem desafios para garantir a inclusão plena do grupo a que

referimos.

Um dos desafios, que o Governo reconhece, é a necessidade de a sociedade moçambicana seja, de facto, “inclusiva e favorável às pessoas com deficiência”.

Há ainda falta de trabalho atuado no sentido de atender aos interesses, “aprovar políticas e programas de desenvolvimento” que alterem a actual situação dos deficientes, para que vivam com dignidade e os seus direitos sejam respeitados, afirmou a fonte.

Contudo, a materialização desse desiderato depende da implementação e fiscalização de leis, de acordo com o interlocutor.

Cantol Pondja, presidente do Fórum das Associações Moçambicanas dos Deficientes (FAMODE), disse que o Governo tem vindo a mudar a sua forma de lidar com os deficientes.

Se num passado recente fazia-se aos eventos deste grupo só para fazer discursos de ocasião e em seguida ir embora, agora já senta à mesma mesa e discute os problemas, bem como demonstra interesse em encontrar as respectivas soluções.

Motorista atropela e foge sem prestar socorro em Maputo

Um condutor cuja identidade não foi apurada atropelou duas pessoas, na noite de quarta-feira (30), na cidade de Maputo, e fugiu sem prestar socorro. Devido ao embate, uma das vítimas foi projectada para uma distância de pelo menos dois metros e o pior não aconteceu por um golpe de sorte.

Texto: Redacção

A ocorrência registou-se, por volta das 22h30, numa paragem a seguir a do bairro 25 de Junho, no sentido sul/norte, na Avenida de Moçambique.

Trata-se de um local onde os acidentes de viação são recorrentes, alguns dos quais acabam em tragédia.

Segundo testemunhas, uma das vítimas – uma mulher de 36 anos de idade, que contraiu escoriações graves nos membros inferiores, na face e na cabeça – foi socorrida para o hospital pelos próprios parentes, que foram solicitados de emergências por transeuntes.

O outro ofendido foi encaminhado a uma unidade sanitárias por pessoas de boa vontade, que se encontravam no local do acontecimento, disse uma mulher que mora nas proximidades.

“A matrícula e as características da viatura que causou o acidente não foram registadas porque o motorista conduzia a alta velocidade. Aqui os acidentes têm sido frequentes. À noite, raras vezes se consegue identificar quem atropela (...)”, disse ao @Verdade, na manhã de quinta-feira (31), uma mulher que se identificou pelo nome de Cristina Mavota.

Um jovem que se identificou pelo nome de Mateus Simbine, garantiu-nos que, em Outubro do ano passado, um dos seus irmãos foi vítima de atropelamento em plena luz do dia, quando pretendia atravessar a estrada para tomar transporte público. “Mas, infelizmente, ninguém pôde registar a matrícula do carro” devido à alta velocidade.

Tentativas de ouvir a 15a. e 16a. esquadras da Polícia da República de Moçambique (PRM), que funcionam na jurisdição do local do sinistro, não surtiram efeito.

Frelimo ainda tem dúvidas que os empréstimos da Proindicus, EMATUM e da MAM sejam ilegais



Mais de 4 anos após o Tribunal Administrativo ter constatado que “o Governo, sem a devida autorização, emitiu avals e garantias” para os bancos Credit Suisse e VTB, o partido Frelimo ainda tem dúvidas que os empréstimos da Proindicus, EMATUM e da MAM sejam ilegais. “O nosso posicionamento como partido por um lado é de respeito pelo princípio da separação de poderes e por outro lado de apelo as instituições de Justiça para verem se há desvios dentro deste processo ou não” afirmou Roque Silva.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Frelimo

continua Pag. 12 →

Anadarko está blindar-se contra o “Al Shabaab” em Moçambique

Diante dos ataques armados cada vez mais próximos das suas instalações, e da evidente incompetência das Forças de Defesa e Segurança em estancar os insurgentes que desde Outubro de 2017 aterrorizam a província de Cabo Delgado, a Anadarko está a blindar-se contra os “Al Shabaab” moçambicanos.

Texto: Adérito Caldeira

Através de um anúncio publicado no diário estatal a Anadarko “De modo a garantir a prontidão das operações, existe uma necessidade imediata do fornecimento de pelo menos seis veículos de especificação B6 e serviços mecânicos e de gestão de frota associados na Península de Afungi”.

Oficialmente a multinacional norte-americana que lidera o Consórcio que vai explorar o gás natural existente na Área 1 da Bacia do Rovuma apenas declara que as operações em Palma decorrem com segurança reforçada. “Continuaremos a manter as medidas de segurança adequadas, coordenadas com as autoridades e as entidades relevantes, para garantir a segurança e o bem-estar do nosso pessoal”.

Entretanto o @Verdade apurou que a classificação B6 é o penúltimo nível de blindagem para viaturas ligeiras com capacidade de suportar ataques de fuzis M16 ou Kalashnikov AK47 e até mes-



mo aguentar a detonação de até duas granadas de mão.

O @Verdade entende que o carácter de urgência na aquisição destes veículos, a submissão de propostas termina já no próximo dia 5, deve-se ao aumento da insegurança na região próxima aos seus empreendimentos.

No passado dia 20 pelo menos dois cidadãos foram mortos, ao que tudo indica pelos “Al Shabaab”, numa aldeia situada a

menos de 10 quilómetros dos locais onde a Anadarko está edificar a cidadela para os seus funcionários.

A incapacidade das Forças de Defesa e Segurança estancar estes actos de terrorismo fica ainda patente com a declaração de um recolher obrigatório no município da Mocimboa da Praia, desde o passado dia 26. Foi nesta região onde a insurgência ganhou visibilidade a 5 de Outubro de 2017.



A verdade em cada palavra.

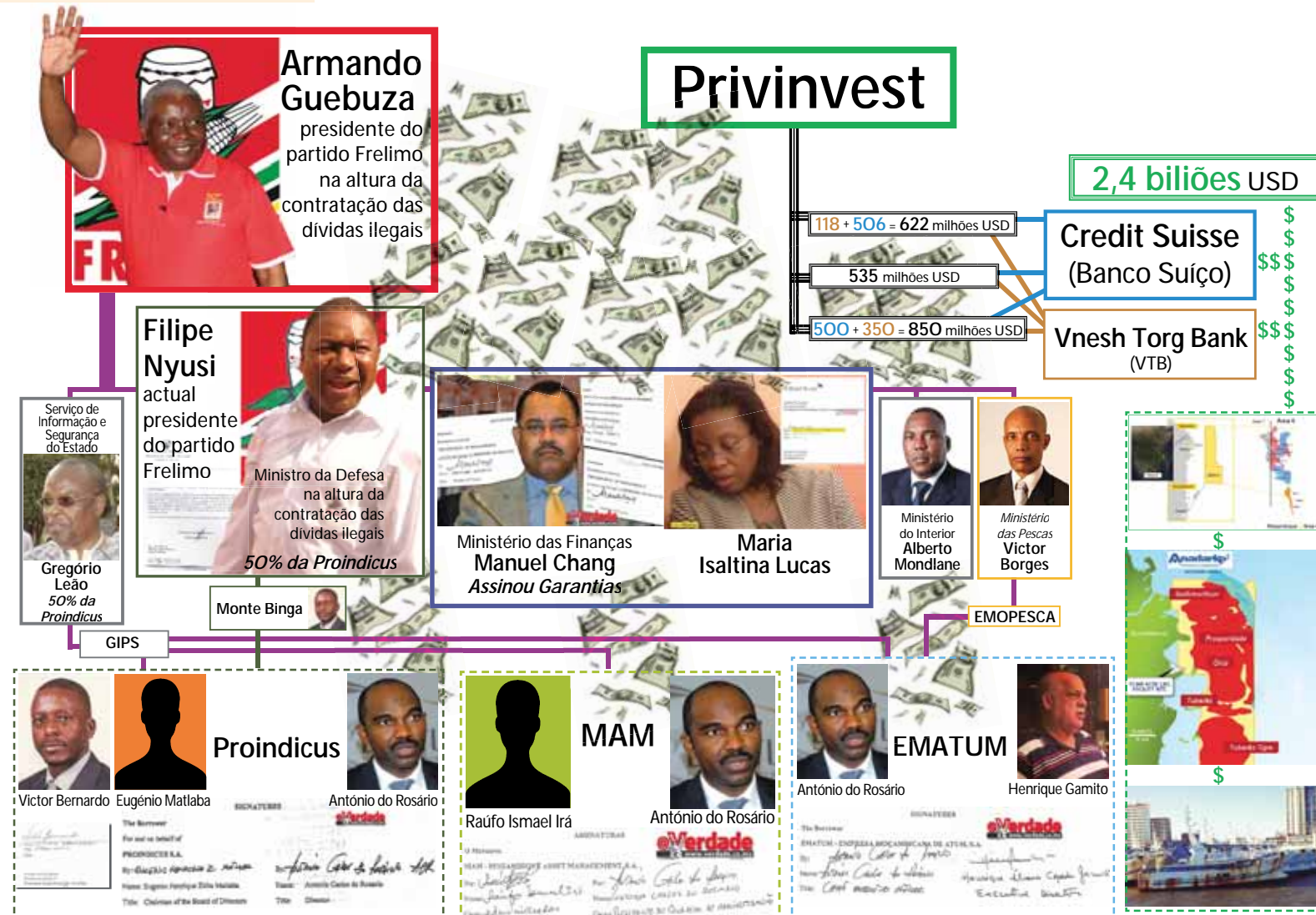


→ continuação Pag. 11 - Frelimo ainda tem dúvidas que os empréstimos da Proindicus, EMATUM e da MAM sejam ilegais

Em Novembro de 2016 o TA, no seu Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2015, constatou que: “As empresas EMATUM, SA, Proindicus, SA e Moçambique Asset Management (MAM, SA) são participadas, maioritariamente, por entidades constituídas pelo Estado, que as dotou de recursos para o seu funcionamento e também têm participações entre si. Estas empresas contraíram empréstimos no exterior, que o Governo avalizou, passando, esses créditos, a constituírem dívida indirecta do Estado. As dívidas em causa foram contraídas sem a devida autorização da Assembleia da República, referida na alínea p) do n.º 2 do artigo 179, da Constituição da República, segundo a qual compete a este órgão autorizar o Governo, definindo as condições gerais, a contrair ou a conceder créditos”.

Na altura Moçambique era governado por Armando Guebuza, que era também presidente do partido Frelimo, e que em audição a Comissão Parlamentar de Inquérito a situação da Dívida Pública, em Dezembro de 2016, explicou que Proindicus, SA, primeira das três empresas a ser constituída e que negociou os empréstimos iniciais com o banco Credit Suisse “é uma empresa das Forças de Defesa e Segurança (FDS), tendo como principal objectivo a protecção da Zona Económica Exclusiva de Moçambique”, portanto tutelada pelo Ministério da Defesa, na altura Filipe Nyusi, o actual presidente da formação política que governa Moçambique desde 1975.

Ademais o actual presidente do partido Frelimo, ainda como titular da Defesa, formalizou pelo menos um dos contratos do Governo com a



Proindicus, SA, no caso da Concessão do Sistema Integrado de Monitoria e de Protecção.

O que os moçambicanos precisam de saber é quem beneficiou-se do bilião de dólares sobrefaturado

Mas apesar das constatações do Tribunal Administrativo e das evidências da participação de membros seniores do partido nas dívidas ilegais o secretário-geral da Frelimo, Roque Silva, ainda duvida que ilegalidades aconteceram.

“As instituições de Justiça, aquelas que tem o dever de investigar no sentido de encontrar aquilo que podem ser desvios que possam ter sido praticados elas trabalham de forma independente, no sentido de por um lado esclarecerem aos moçambicanos o que terá acontecido, os moçambicanos precisam de saber em última análise e definitivamente o que terá acontecido” afirmou o sg do partido Frelimo.

De visita à província de Maputo, Roque Silva acrescentou que “O nosso posicionamento como partido por

um lado é de respeito pelo princípio da separação de poderes e por outro lado de apelo as instituições de Justiça para verem se há desvios dentro deste processo ou não. Havendo desvios naturalmente que as medidas são tomadas de acordo com o que a lei prevê”.

Dúvidas não existem que a Constituição da República e as leis orçamentais de 2013 e 2014 foram violadas. O que tem de ser apurado é como efectivamente foram gastos os 2,2 biliões de dólares norte-americanos contratados ilegalmente mas

que não foram transferidos dos bancos suíço e russo para a Conta Única do Tesouro, como estabelece a lei do SISTAFE, mas antes para o fornecedor dos barcos, o grupo Privinvest.

Aliás a Auditoria realizada pela Kroll às três empresas apurou que houve sobrefacturação dos barcos e outros bens e serviços adquiridos em valores que ascendem a 1 biliões de dólares norte-americanos. Ao contrário do que Roque Silva apregoa o que os moçambicanos precisam de saber é quem beneficiou-se desse dinheiro.

EDM garante tirar os moçambicanos da escuridão, até 2030, e a sua energia já cobre 34 por cento deles

A empresa pública Electricidade de Moçambique (EDM) diz que efectuou 247 mil novas ligações de energia, em 2018, e o acesso à electricidade passou de 28 para 34 por cento, o que alimenta a expectativa de alcançar o acesso universal à electricidade até 2030. Este ano é o da agenda e metas estabelecidas pelas Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável no mundo.

Texto & Foto: Emildo Sambo

Com as 247 mil novas ligações, a população que passou a ter acesso à electricidade, através da rede nacional, aumentou de 28 por cento, em 2017, para 34 por cento, em 2018, disse Luís Amado, porta-voz e assessor do pelouro de operações da EDM.

Significa que 66 por cento do “maravilhoso povo” não tem luz. Ou seja, nas zonas onde as fontes alternativas ainda são uma miragem vive-se na escuridão.

Durante mais de 40 anos, a EDM não conseguiu prover energia eléctrica a pelo menos 50 por cento da população.

Contudo, Luís Amado considerou que as acções de provisão de electricidade levadas a cabo, ano passado, representam “um marco histórico” na companhia

a que está afecto, porque o máximo que já se conseguiu, em 2010, foram apenas 162 mil ligações.

“É significativo”, uma vez que “marca um passo” para a materialização do desiderato de acesso universal à energia até 2030. Até lá, a energia da EDM deverá beneficiar a seis milhões de moçambicanos.

Refira-se que a extensão territorial do país e a dispersão das comunidades têm sido consideradas parte dos entraves que tornam difícil o alcance do acesso universal à energia em 2030.

Luis Amado frisou que as fontes renováveis e os painéis solares, por exemplo, são algumas alternativas para viabilizar o plano de eletrificação do país, princi-



palmente nas zonas recônditas, para “onde é mais carro levar” da rede nacional.

Falando a jornalistas, na quinta-feira (31), sobre o “exercício de 2018 e a implementação do

projecto de aceleração visando o acesso universal à energia eléctrica”, o porta-voz daquela instituição do Estado afirmou que, neste momento, a disponibilidade de energia é superior às necessidades, mas deve-se,

anualmente construir pelo menos uma central eléctrica de 100 megawatt, para evitar que, volvidos anos, o país se queixe da falta de energia.

O alcance das 247 mil novas ligações foi conseguido com o apoio de doadores e com parte de fundos da EDM.

O Banco Mundial, os reinos da Noruega e da Suécia, o Banco de Desenvolvimento da Alemanha e a União Europeia prometeram 200 milhões de dólares norte-americanos para dar corpo ao programa de acesso universal à electricidade em Moçambique.

Em 2019, a EDM prevê fazer 300 mil ligações e, para transformar isto em realidade, são necessários 100 milhões de dólares, segundo Luis Amado.

EUA responde a Nyusi sem eleições livres e justas em 2019 não haverá investimentos

Os Estados Unidos da América (EUA) responderam nesta sexta-feira (25) a acusação de ingerência no ciclo eleitoral autárquico do ano passado em Moçambique, o Encarregado de Negócios da sua Embaixada em Maputo que afirmou que os investidores "Vão querer garantias significativas de eleições livres e justas em 2019". Sobre as dívidas ilegais Bryan Hunt deixou claro que os EUA esperam "ações robustas nos tribunais criminais".

Após o Presidente Filipe Nyusi ter afirmado "a necessidade de se pautar pela postura vertical, de isenção e observância do princípio de respeito mútuo e não ingerência em matérias domésticas dos Estados. Nas eleições passadas foram observadas algumas tendências referenciadas em certos relatórios, contudo, auguramos que as mesmas não prevaleçam neste ano e que sirvam de lição", numa clara alusão as posições dos EUA sobre o pleito manchado por inúmeras irregularidades e evidências de fraudes o Encarregado de Negócios da Embaixada norte-americano declarou que embora Moçambique vá acolher a 12ª Cimeira Anual de Negócios Estados Unidos – África, em Junho próximo, os investidores do seu país vão "querer ver progressos concretos na implementação do desarmamento, desmobilização e processo de reintegração prometidos ao abrigo desses

acordos. Vão querer garantias significativas de eleições livres e justas em 2019."

"Quero salientar, portanto, ao governo como à Renamo, que o progresso rápido nestas áreas será essencial para o bem-estar económico e apelar a que redobrem esses esforços de desmilitarização e reforma eleitoral, com o apoio total da comunidade internacional" disse ainda Hunt, que representa os EUA enquanto o novo Embaixador não chega a Maputo, no evento que contou com a participação do primeiro-ministro, Carlos Agostinho do Rosário.

Bryan Hunt referiu ainda a preocupação norte-americanos sobre a corrupção em Moçambique com especial ênfase as dívidas ilegais da Proindicus, EMATUM e MAM: "Todos nós sabemos bem o impacto da questão das dívidas ocultas, não só

sobre os indicadores macroeconómicos de Moçambique, mas também na vontade dos investidores estrangeiros arriscarem o seu dinheiro e reputação nesta economia. Embora não exista uma resposta fácil, procurar esconder ou encobrir os detalhes do escândalo não vai atenuar essas preocupações."

O representante do EUA em Moçambique deixou claro que embora sejam "louváveis" as ações do Presidente Nyusi para melhorar a transparência, responsabilização e de iniciar um diálogo nacional anticorrupção, "As ações civis da Procuradoria-Geral da República através do Tribunal Administrativo são um primeiro passo bem-vindo no sentido desta responsabilização, e os Estados Unidos esperam que quando apropriado, sejam complementadas por ações robustas nos tribunais criminais."

Texto: Adérito Caldeira

MISAU vacina 700 mil crianças contra pólio, doença que pode causar paralisia infantil

Setecentos mil crianças com idade inferior a cinco anos serão vacinadas contra a poliomielite, a partir de 30 de Janeiro corrente a 04 de Fevereiro próximo, nas províncias da Zambézia, de Nampula e do Niassa.

Texto: Redacção

Segundo o Ministério da Saúde (MISAU), a vacinação surge na sequência de três casos de pólio registados em crianças não vacinadas na comunidade Sinai, área do Centro de Saúde de Malua, que dista a 42 quilómetros da sede do distrito de Molumbo, na Zambézia.

As ocorrências em alusão foram confirmadas no laboratório, no seguimento de uma vigilância de rotina.

Trata-se da "ronda zero" da campanha que "irá abranger 10 distritos da Zambézia, de Nampula e do Niassa", diz um comunicado daquela instituição do Estado, enviado ao @Verdade.

A vacinação, que visa evitar a "paralisia infantil", vai abranger os distritos de Molumbo, Gurúê, Ile, Namarroi, Lugela, Milange e Alto-Molôcuê (na Zambézia), Cuamba e Mecanhelas (no Niassa) e Malema (em Nampula). Estas duas últimas províncias fazem fronteira com Molumbo, onde foram registados os três casos de pólio.

O MISAU garante que "a vacina contra a pólio é segura, eficaz e protege as crianças contra a paralisia causada pelo vírus da pólio ao longo de toda a sua vida". Por isso, todas as mães, pais e encarregados de educação devem "deixar as suas crianças com idade inferior a cinco receberem a vacina".

"A pólio é uma doença provocada por um micróbio que quando atinge o sistema nervoso pode provocar a paralisia das pernas e dos braços. A doença transmite-se por consumo de alimentos ou água contaminada por fezes de uma pessoa com o micróbio da pólio. Também, pode transmitir-se através das mãos sujas contaminadas com fezes de uma pessoa com o micróbio da pólio", explica o MISAU.

A instituição reitera que a pólio pode ser prevenida cumprindo todas as doses do calendário de vacinação (vacina oral e injetável), lavando sempre as mãos antes de comer ou preparar os alimentos, lavando sempre as mãos depois de usar a latrina ou sanitários e defecando sempre na latrina ou sanitário, bem como enterrar as fezes, na falta de latrina.

Barragem da Vale rompe no Brasil mata 34 pessoas e causa novo desastre ambiental

Pelo menos 34 pessoas morreram e entre 250 e 300 estão desaparecidas após a ruptura de uma barragem da empresa mineira Vale, proprietária da Vale Moçambique, na cidade de Brumadinho, no sudeste do Brasil.

Texto: Redacção

A barragem rompeu-se no início da tarde de sexta-feira(25) causando uma avalanche de lama e rejeitos de minério de ferro que soterrou parte da comunidade da Vila Ferteco, área rural do município. Segundo a Vale, pelo menos 300 funcionários atuavam no local no momento quando ocorreu o rompimento da barragem na Mina Feijão, que estava desativada desde 2015.

As autoridades não informaram o número exato de desaparecidos, mas de acordo com os últimos balanços há entre 250 e 300 pessoas que ainda não foram localizadas desde que ocorreu o desastre.

As buscas foram interrompidas neste domingo devido ao risco de ruptura de outra barragem no mesmo complexo em Brumadinho.

Alguns habitantes das comunidades de Córrego do Feijão, Tijuco e Parque das Cachoeiras foram evacuados e transferidos a pontos mais altos da região



diante da possibilidade de rompimento da barragem VI, que contém entre três e quatro milhões de metros cúbicos de água.

O rompimento da barragem da Vale em Brumadinho acontece três anos após o desastre de Mariana, a maior tragédia ambien-

tal do Brasil, que aconteceu em novembro de 2015. Na ocasião, a barragem de Fundão, da Samarco (propriedade da Vale e da BHP), rompeu-se, matando 19 pessoas e provocou um tsunami de lama que avançou sobre a bacia do rio Doce até chegar ao litoral do Espírito Santo.

Mundo

Explosões em catedral nas Filipinas fazem 19 mortos

Pelo menos 19 pessoas morreram e 19 ficaram feridas na ilha de Jolo, sul das Filipinas, na sequência da explosão de duas bombas em frente a uma catedral católica romana, informaram as autoridades locais me novo balanço.

Texto: Público de Portugal

O primeiro balanço apontava para oito mortos.

A primeira bomba explodiu à entrada da catedral de Jolo durante uma missa dominical, seguida de uma segunda explosão fora do complexo, explicaram as autoridades.

Entre os mortos e feridos estão soldados e civis, informou, chefe da Polícia Nacional das Filipinas, Oscar Albayalde.

"Direccionei a nossas tropas para aumentar o seu nível de alerta, proteger todos os lugares de culto e lugares públicos e vamos iniciar medidas de segurança pró-ativas para impedir planos hostis", apontou o secretário de Defesa, Delfin Lorenzana, em um comunicado.

A ilha de Jolo há muito tem sido perturbada pela presença de militantes de Abu Sayyaf, que estão na lista negra dos Estados Unidos e das Filipinas como uma organização terrorista.

O ataque ainda não foi reivindicado, contudo as autoridades suspeitam do grupo extremista Abu Sayyaf, um grupo islâmico que prometeu lealdade ao Estado islâmico.

Fundado em 1991 por alguns ex-combatentes da guerra do Afeganistão contra a antiga União Soviética, são atribuídos ao Abu Sayyaf alguns dos mais sangrentos atentados dos últimos anos nas Filipinas e vários sequestros com os quais se financia.

O grupo foi responsabilizado pelo pior ataque terrorista no país, quando uma explosão e incêndio a bordo de um ferry, ao largo de Manila, causou a morte de mais de 100 pessoas.

O ataque deste domingo acontece uma semana depois de mais de dois milhões de filipinos da comunidade de maioria muçulmana no sul do país, onde se inclui a ilha de Jolo, terem sido chamados a participar num referendo para tornar esta região mais autónoma, como solução para acabar com cinco décadas de conflito.

Prime Rate em Moçambique abaixo dos 20 por cento porém bancos comerciais não mexem nas margens

O Banco de Moçambique (BM) mantém os seus esforços para melhorar o custo do dinheiro nos bancos comerciais baixando, pelo segundo mês consecutivo, o Indexante Único que empurrou a Prime Rate pela primeira vez para baixo dos 20 por cento. No entanto 3 meses decorreram e os bancos comerciais não mexem nas suas margens.

Texto: Adérito Caldeira

Descrição	Taxa
Indexante Único* (Calculado pelo BM)	14,70%
Prémio de Custo (Calculado pela AMB)	3,20%
Prime Rate do Sistema Financeiro Moçambicano (Calculado pelo BM e AMB)	19,90%

*Indexante Único é calculado tendo como base informação referente ao período do dia 26 de cada mês até ao dia 25 do mês seguinte

Dando seguimento as suas últimas decisões de relaxamento da sua política monetária o BM reduziu novamente o seu Indexante Único, dos 15 por cento definidos em Dezembro último para 14,70 por cento nesta quinta-feira (31).

No entanto estas tentativas de baixar as taxas de juro a retalho estão longe de responder a ansia dos moçambicanos pois os bancos comerciais não relaxam as suas margens desde Outubro de 2018. O Prémio de Custo que é calculado trimes-

tralmente pela Associação Moçambicana de Bancos (AMB) continua nos 5,20 por cento.

Ainda assim, e empurrada pelo Indexante do banco central, a Prime Rate do Sistema financeiro voltou a baixar e está cifrada em 19,90 por cento, comparativamente aos 20,20 definido em Dezembro de 2018.

Entrevistado pelo @Verdade

de no final do ano passado o presidente da AMB, Teotónio Comiche, explicou que: “se a economia continuar a avançar como está avançar eu espero que a situação seja boa para todos porque a questão das taxas de juro é muito importante não só para a população mas para os bancos, quanto mais tivermos taxas de juro razoáveis ganhamos todos”.

Cidadania

 goste de nós no [facebook.com/JornalVerdade](https://www.facebook.com/JornalVerdade)
Jornal @Verdade

“O Grupo parlamentar da Renamo na Comissão Permanente acha que Manuel Chang neste momento não é uma preocupação para nós, na medida em que está sob prisão efectiva na África do Sul, não constituindo um arguido que possa fugir como se alega no pedido que nos foi enviado pelo Tribunal Supremo” começou por esclarecer, em conferência de imprensa, Ivone Soares.


A chefe da bancada parlamentar do partido Renamo recordou que existem outros 17 “elementos da sociedade moçambicana que estão devidamente identificados, que foram arrolados como parte do grupo que lesou a nossa pátria, e que esses sim significam uma ameaça para a Justiça, no sentido de que podem efectivamente fugir”.


“(…) Notámos uma azáfama, uma correria, uma colaboração que jamais vimos noutros processo entre os órgãos de Soberania no sentido de quererem deter alguém que já está detido, achamos que é uma manobra dilatória para perturbar o julgamento que está a ser levado à cabo na África do Sul e a extradição de Manuel Chang para os Estados Unidos da América”, disse também Ivone Soares que explicou que o regimento da AR não permite que se “coloque em prisão preventiva um deputado que goza de imunidade”.


A líder parlamentar da oposição concluiu afirmando que: “nós nos recusamos a ser parte de um esquema que foi montado pelo partido Frelimo para tentar tirar o sr. Manuel Chang do local onde se encontra a ser devidamente investigado, e esperamos que a extradição aconteça o mais rápido possível


<http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35/67860>





 **Vitorino Chichava** Com quem a frelimo JA se preocupou tanto assim? As investigações pra descobrir a morte DE Papa Samora, Mido Macia ki morreu Nas maos da policia sulafricana, e porke é nao fizeram isso com Ananias Mathe? Os segos tinham ki acordarem nestas proximas eleições · 7 h

 **Mathause Sithoye** Honestamente falando, não se caça uma presa que já está nas mãos de um outro caçador...Numa mata cheia de animais bravios à solta, outros até muito perigosos, para quê disputar uma presa já “morta”? Falta de capacidade para caçar? · 7 h

 **Hermínio Tamele** Tudo claro e uma boa retórica para o governo do dia. Porquê há tanta preocupação para um indivíduo que já está detido? · 7 h

 **Joao Cabrita** Nunca se sabe, mas numa correria destas, o regime até poderá arrecadar a medalha de ouro num Grande Prémio da Fórmula 1. · 8 h


 **Lino Muze** Bem falado... · 8 h


 **Manuel Dramusse** Dramusse Você nasceu para nos moçambicanos · 5 h


 **Domingos Maulana** Coerente · 6 h


 **Alberto Homwana** Falou e disse. · 6 h


 **Sulemane Rissimo** Mupassala Resistencia nascemos pra defender nosso belo povo. · 4 h


 **Aderito Adezenha** Nhabanga K lutem d unhas e garras pra salvarem o povo do regime. Eliminar ou ocultar isto · 8 h

 **Chichava Niklaus Orsen** Esqueceram de actualizar alguma coisa no vosso pano de fundo Eliminar ou ocultar isto · 1 h

 **Francisco Varly Bone** Epah, parece k engravidou a Ivone Soares. Eish! Quem teve tamanha coragem e ousou em engravidar a Ivone? Talvez um frustradoooo. Nao axam? Kkkk kkkkk kkkkk · 5 h

 **Carlos Jamal** Não é por tua conta, aliás, tens nada a ver com a vida privada dela? · 3 h

 **Francisco Varly Bone** Carlos Jamal Eu sei... Mais vejo muitos estupidos a falar de algumas personalidades neste forum, logo achei melhor falar dela, alias se tens informacao da pessoa que engravidou ela, me faculta... Serei grato. Ate que, pensei que ela foi engravidada com Edson Macuacua... Aquele gajo freli. Enfim, espero que me compreendas, porque estou curioso. Thanx · 1 h

 **Nuno Teixeira O** Francisco Varly Bone nao consegues moer milho no pilão da tua com teu pau. Precisas de pau de outro? · 20 min

Mundo

Mortos por rompimento de barragem da Vale no Brasil chegam a 84 pessoas, desaparecidos são 276

Subiu para 84 pessoas o número de mortes confirmadas, nesta terça-feira, após o rompimento de uma barragem da Vale no Brasil ter lançado uma enorme avalanche de lama de rejeitos sobre áreas da própria empresa e da cidade de Brumadinho, número que ainda deve aumentar, já que 276 pessoas ainda estão desaparecidas.

Texto: Agências

Em entrevista em Brumadinho, onde a barragem da mina do Córrego do Feijão rompeu-se na sexta-feira, o tenente-coronel Flávio Godinho, coordenador da Defesa Civil de Minas Gerais, disse que foram identificados 42 corpos entre os óbitos.

Segundo o tenente Pedro Aihera, porta-voz do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, as equipes de resgate já encontraram ao menos dois corpos na área em que antes era o refeitório da Vale na mina, e a expectativa é que novos resgates sejam feitos neste local na quarta-feira.

Na noite desta terça, o presidente da Vale, Fabio Schvartsman, anunciou após reunião no Ministério de Minas e Energia em Brasília que a mineradora não irá mais conviver com barragens de mineração construídas no método conhecido como a montante —mesmo usado em Brumadinho e na barragem que rompeu em Mariana em 2015— e que a pro-

dução da empresa em locais em que ainda existem esse tipo de barragem serão paralisadas para que essas instalações sejam eliminadas.

Também nesta terça-feira, três funcionários da Vale responsáveis pela barragem de Brumadinho e dois engenheiros da empresa alemã Tüv Süd, que atestaram a estabilidade da unidade, foram presos em operação para apurar homicídio, falsidade ideológica e crimes ambientais na tragédia.

As prisões incluem o gerente de Meio Ambiente, Saúde e Segurança e o gerente-executivo operacional do complexo minerário Paraopeba da Vale, de acordo com decisão da juíza Perla Saliba Brito, de Brumadinho. O terceiro funcionário da mineradora é um geólogo que atestou a segurança da barragem junto com os engenheiros terceirizados, segundo o documento visto pela Reuters.

20 mil nigerianas obrigadas a prostituir-se em zona mineira no Mali

Vinte mil jovens mulheres nigerianas, que esperavam ir à Ásia, encontram-se hoje no sul do Mali, em minas de ouro artesanais, onde são obrigadas a prostituir-se, revelou a imprensa maliana que precisa que a Agência Nigeriana de Luta contra o Tráfico dos seres humanos deplora este estado de coisas.

Texto: Agências

“Que de sonhos destruídos! Sairas das suas casas com destino à Malásia, estas mulheres acabaram involuntariamente na prostituição, em sítios de garimpo de ouro no Mali”, sublinha a fonte, indicando que, em dezembro passado, uma missão de informação da Organização Internacional das Migrações (OIM) visitou Kangaba, a cerca de uma centena de quilómetros ao sul da capital maliana, Bamako, e encontrou uma centena de prostitutas nigerianas em cada um dos 200 sítios de garimpo de ouro.

Graças ao apoio da OIM, 200

dessas jovens conseguiram juntar-se aos seus países, indica a mesma fonte, confirmando que elas foram enganadas, prometendo-lhes trabalho, antes de saberem, já no local, que iriam trabalhar como prostitutas.

Algumas aceitavam, porque sabiam que eram ameaçadas e que as suas famílias, em casa, eram também ameaçadas de morte, enquanto outras se recusaram e decidiram fugir, deplora Florence Kim, porta-voz da OIM.

A imprensa maliana não precisa se os autores deste tráfico foram identificados.

ANUNCIE AQUI
todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail
averdademz@gmail.com


O Jornal mais lido em Moçambique.

Activista chinês de direitos humanos condenado a quatro anos de prisão

O activista de direitos humanos e advogado chinês Wang Quanzhang foi esta segunda-feira condenado a quatro anos e meio de prisão, por um tribunal de Tianjin, que o considerou culpado pelo crime de “subversão do poder do Estado”. Wang defendia activistas e membros do movimento espiritual Falun Gong, banido na China, que acusavam as autoridades de perseguição e tortura, bem como cidadãos cujos terrenos foram confiscados pelo Estado.

De acordo com o Guardian, o texto da acusação referia que o advogado, de 42 anos, “prejudicou seriamente a segurança e estabilidade social do país”. Para além disso, denunciava a aceitação de fundos de organizações estrangeiras e o fornecimento de informações a equipas de investigação fora da China.

Wang encontra-se detido preventivamente desde o Verão de 2015, na sequência de uma vaga de repressão dirigida a activistas de direitos humanos na China, que ficou conhecida por “709”. A família e os amigos só voltaram a ter notícias suas em Julho de 2018. Segundo a mulher, Li Wenzu, Wang foi alvo de tratamentos “desumanos” por parte das autoridades, que rejeitaram constantemente os advogados que indicou para o defender em tribunal.

As organizações de direitos humanos lançaram duras críticas à Justiça chinesa e defendem que as acusações e a condenação não são mais do que o resultado de

uma “farsa”. Citado pela Reuters, Wang Yaqiu, investigador da Human Rights Watch em Hong Kong diz que a sentença é uma “brincadeira”, principalmente vinda de um Presidente — Xi Jinping — que se diz defensor e promotor de um Estado de Direito.

Já Doriane Lau, da Amnistia Internacional, sugere mesmo que foi alvo de práticas de tortura. “Durante os três anos que antecederam a esta farsa de julgamento, as autoridades fizeram Wang Quanzhang desaparecer num buraco negro, onde provavelmente foi torturado”, denuncia a investigadora, citada pelo Guardian. “A família de Wang continua a ser atormentada pelas autoridades e até há bem pouco nem sabia se estava vivo. A decisão de o manter detido apenas contribui para prolongar o seu sofrimento”.

A Reuters escreve que as Nações Unidas lançaram um apelo à Justiça chinesa, aquando da audiência de julgamento de Wang, no

final de Dezembro, solicitando a “que os seus direitos processuais sejam respeitados” e alertando para uma “situação preocupante de direitos humanos”.

Li Wenzu liderou uma série de acções de protesto para chamar a atenção da opinião pública e dos media internacionais para o caso do seu marido, incluindo a organização de uma marcha entre Pequim e Tianjin, em Abril. Foi, no entanto, detida, antes de completar os 100 quilómetros do trajecto e encontra-se em prisão domiciliária desde essa altura. Foi por isso impedida de assistir ao julgamento de Wang.

O tempo em que o activista esteve em prisão preventiva deve ser contabilizado nos quatro anos e meio, pelo que, se a lei for aplicada, poderá sair em liberdade em 2020. A condenação inclui, no entanto, a suspensão dos seus direitos políticos durante cinco anos e a impossibilidade de continuar a exercer a sua profissão de advogado.

Pelo menos três mortos e 174 feridos devido a tornado em Havana

Pelo menos três pessoas morreram e 174 ficaram feridas na sequência da passagem de um tornado esta segunda-feira de manhã pelo bairro de Ragla, em Havana, informou o Presidente de Cuba, Miguel Díaz Canel.

“Nós estamos a percorrer os locais afectados pelo fenómeno atmosférico de grande intensidade. Os danos são severos e até ao momento temos a lamentar a perda de três vidas humanas e 174 feridos”, escreveu o líder cubano na rede social Twitter.

O furacão, que deixou grande parte da capital cubana sem electricidade,

provocou a “queda de árvores, postes eléctricos e destruiu portas e janelas, telhados de casas e foram registados alguns deslizamentos de terra”, de acordo com a comunicação social local.

O fenómeno atmosférico ocorreu durante fortes tempestades que afectaram no domingo as províncias de Pinar del Rio, Havana e Mayabe-

que, com ventos de 100 quilómetros por hora, chuva forte e granizo.

“A força dos ventos do tornado pode ser comparada à de um furacão de categoria 4 ou 5, embora o seu impacto seja mais concentrado”, segundo a página no Facebook Cubadebate, que junta jornalistas cubanos e outras nacionalidades.

96 Argelinos mortos na tentativa de atravessarem Mediterrâneo em 2018

No total, 96 argelinos morreram, em 2018, ao tentarem atravessar o Mediterrâneo como migrantes clandestinos, anunciou o ministro argelino do Interior e Coletividades Locais, Noureddine Bedoui.

Segundo o governante argelino, que falava quinta-feira última, na abertura do Fórum Nacional de Luta contra a Migração Clandestina, em Argel, 344 pessoas compareceram em jurisdições competentes por acusações ligadas ao tráfico de seres humanos, das quais 24 condenadas a penas de prisão efectiva.

Indicou que 119 corpos sem vida foram recuperados, depois de terem tentado atravessar o Mediterrâneo para a Europa, a

partir da Argélia, e sido finalmente arrastadas pelas ondas até às costas argelinas.

O ministro argelino do Interior evocou, além disso, a descoberta de “coisas vergonhosas e reveladoras do carácter abjeto destes traficantes desprovidos de humanismo”, ao exporem à morte jovens inocentes e inconscientes deste perigo, a bordo de embarcações casuais e inseguras, em conflito com as normas de segurança.

Neste contexto, Bedoui apelou a todas as unidades de segurança para “fazerem cada vez mais sacrifícios e esforços a fim de frustrarem planos elaborados aqui e acolá para desiludir estes jovens por “heróis criminosos em busca de proveito individual, em detrimento da vida dos nossos jovens frustrados”.

Prometeu a estes indivíduos sem escrúpulos que os seus crimes não ficarão impunes e que a justiça nunca os tolerará.

Atirador mata cinco pessoas em dois ataques diferentes no Luisiana

Um homem de 21 anos matou a tiro pelo menos cinco pessoas em duas localidades do estado norte-americano do Luisiana, neste sábado, avança a Associated Press. De acordo com as autoridades, o autor dos disparos está em fuga, mas já foi identificado: Dakota Theriot, de 21 anos, “armado e perigoso”.

Os ataques ocorreram na manhã deste sábado nas localidades de Ascension e Livingston, cerca de 113 quilómetros a ocidente de Nova Orleães, a cidade mais populosa daquele estado.

O xerife de Livingston, Jason Ard, confirmou no Facebook que três mortes ocorreram na sua localidade, no sábado. Na mesma página, adianta a identidade de três vítimas: Billy Ernest, Tanner Ernest e Summer Ernest.

Também através do Facebook, o gabinete do xerife de Ascension anunciou que duas pessoas – que já foram identificadas como sendo Keith e Elizabeth Theriot, marido e mulher – foram mortas a tiro na cidade de Gonzalez. Dakota Theriot, filho de ambos, está a ser procurado pelas autoridades sob acusação de homicídio.

A porta-voz do xerife de Ascension, Allison Hudson, anunciou que as autoridades acreditam que os tiroteios nas duas localidades estão ligados, e investigadores de ambas as jurisdições estão a trabalhar em conjunto.

Desabamento mata pelo menos 15 pessoas durante festa de casamento no Peru

A queda de uma parede e do teto do salão de um hotel em Abancay, na região central do Peru, no momento de uma festa de casamento, deixou 15 mortos, pelo menos, e outros 29 feridos, segundo informou neste domingo a Defesa Civil local.

De acordo com funcionários da corporação, as fortes chuvas que caem no município, localizado na região de Apurímac, provocaram o colapso na estrutura do Hotel Alhambra, na madrugada de hoje.

Todo o trabalho de resgate é coordenado pelo Centro de Operações de Emergência Nacional, com actuação de bombeiros e policiais.

Segundo o chefe da Defesa Civil, Jorge Chávez, em entrevista à emissora peruana “RPP Noticias”, cerca de 100 pessoas estavam no local, sendo que a metade, aproximadamente, estava nas proximidades da parede que caiu e provocou o desabamento do tecto.

A agência de notícias “Andina” veiculou que os feridos foram levados para o Hospital Regional de Abancay. Até o momento, 15 já receberam alta com ferimentos leves.

O restante ainda segue internado, sem que haja detalhamento do estado de saúde. A imprensa local aponta que a maioria dos presentes no casamento eram professores, que trabalhavam na província de Aymaraes.

Várias ONG contabilizam 35 mortos e 850 detidos nos protestos na Venezuela

Os protestos contra o Governo Nicolás Maduro que ocorreram na Venezuela na última semana tiveram 35 mortos e 850 detidos, segundo um balanço apresentado nesta segunda-feira por várias organizações não governamentais.

“Temos o número confirmado, com nome, sobrenome, lugar e supostos responsáveis de 35 pessoas assassinadas no contexto das manifestações em todo o país”, disse em entrevista coletiva o diretor do Programa Venezuelano de Educação-Ação em Direitos Humanos (Provea), Rafael Uzcátegui.

Este balanço, elaborado junto com o Observatório Venezuelano de Conflito Social (OVCS), detalha que a capital Caracas é o lugar com o maior número de mortes, dez, seguido pelo estado de Bolívar, com oito, e Portuguesa, com quatro.

“São pessoas, em sua totalidade, das zonas populares (mais pobres), o qual reflete a particular sanha com a qual estão sendo reprimidas as comunidades mais desfavorecidas do nosso país. Além disso, todas as pessoas morreram como consequência de armas de fogo”, ressaltou Uzcátegui.

Sobe para 65 número de mortos por rompimento da barragem da Vale no Brasil, há 279 desaparecidos

Subiu para 65 o número de mortes confirmadas, nesta segunda-feira, após o rompimento de uma barragem da Vale, proprietária das minas da Vale Moçambique em Tete, na cidade de Brumadinho, no Brasil, ter lançado uma enorme avalanche de lama de rejeitos sobre comunidades e a área administrativa da própria empresa.

Em entrevista a jornalistas em Brumadinho, onde a barragem da usina da mina do Córrego do Feijão rompeu-se na sexta-feira derramando uma onda de lama que devastou os arredores, o tenente-coronel Flávio Godinho, coordenador da Defesa Civil de Minas Gerais, disse que ainda existem 279 pessoas desaparecidas. Segundo ele, o número de pessoas resgatadas se manteve em 192 e foram identificados 31 corpos entre os óbitos.

Mais cedo, o presidente em exercício, Hamilton Mourão, afirmou que o grupo de crise que trata do rompimento da barragem estudava a possibilidade de pedir a destituição da diretoria da mineradora Vale, mas que não sabia se isso seria possível e como seria feito. As ações da Vale caíram mais de 20 por cento, equivalente a uma perda de mais de 73 bilhões de reais em valor de mercado.

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, disse que a companhia deve ser fortemente responsabilizada inclusive criminalmente.

Os executivos da Vale também devem ser pessoalmente responsabilizados, disse ela.

O desastre na mina do Córrego do Feijão ocorreu pouco mais de três anos depois que uma barragem desabou em uma mina em Mariana operada pela Samarco, uma joint venture entre a Vale e a BHP Billiton, matando 19 pessoas e atingindo o importante rio Doce, no maior desastre ambiental da história do país.

Apesar de o desastre da Samarco de 2015 ter despejado cerca de cinco vezes mais resíduos de mineração, o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho na sexta-feira deixou muito mais mortos por ter soterrado um refeitório lotado da Vale e uma área povoada.

“O refeitório estava em uma área de risco”, disse Renato Simão de Oliveira, de 32 anos, enquanto procurava por seu irmão gêmeo, funcionário da Vale, em uma estação de atendimento de emergência. “Só para economizar

dinheiro, mesmo que isso significasse perder o cara... Esses empresários só pensam em si mesmos.”

À medida que os esforços de busca foram retomados nesta segunda-feira, bombeiros utilizaram placas de madeira para atravessar o mar de lama, que chega a centenas de metros de profundidade em algumas áreas, para retirar corpos que estariam dentro de um autocarros. Moradores encontraram o autocarro enquanto tentavam salvar uma vaca presa na lama.

Ademir Rogério, um morador de longa data da região, chorava enquanto vasculhava a lama do local onde um dia ficaram as instalações da Vale. “O mundo acabou para nós”, disse ele. “A Vale é a maior mineradora do mundo. Se isso pode acontecer aqui, imagina se fosse uma mineradora menor.”

Nestor José de Mury disse que perdeu seu sobrinho e colegas de trabalho na lama. “Nunca vi nada parecido, matou todo mundo”, disse.

Texto: Agências

Texto: Agências

10 mortos em ataque à mão armada no norte do Burkina Faso

Pelo menos 10 pessoas morreram num ataque lançado por indivíduos armados não identificados domingo contra habitantes da cidade de Sikiré, localidade situada na comuna de Arbinda, na província de Soum, no norte do Burkina Faso.

“Vários assaltantes armados penetraram na aldeia e dispararam contra tudo o que se movia. Nós registamos uma dezena de mortos”, lamentou uma fonte local, acrescentando que “várias pessoas ficaram feridas a tiros”. As autoridades ainda não reagiram a este ataque nesta zona do país, colocada sob estado de emergência desde o início do ano de 2019.

Desde 2015, várias províncias do Burkina Faso estão expostas aos ataques terroristas que já fizeram quase 300 mortos. Vários expatriados raptados no mesmo contexto ainda estão entre as mãos dos seus raptadores, de acordo com as fontes.

A deterioração da situação de segurança obrigou recentemente o Presidente burkinabe, Roch Marc Christian Kaboré, a efectuar uma remodelação no seio do seu Governo, incluindo a nomeação dum novo primeiro-ministro e dos novos ministros da Defesa e da Segurança.

O estado de emergência foi decretado em 14 províncias, nas seis regiões do país, refere-se.

Sociedade

Governo extingue Universidade Pedagógica e cria cinco novas universidades

O Governo moçambicano anunciou, esta terça-feira (29), a extinção da Universidade Pedagógica (UP) e a sua substituição por outras cinco instituições de ensino superior – cada uma com reitoria autónoma – nas regiões sul, centro e norte.

Texto: Emildo Sambo

Trata-se das universidades UniMaputo e UniSave (no sul), UniLicungo e UniPúnguê (no centro) e UniRovuma (no norte). UniMaputo é a actual sede da extinta UP, enquanto a UniSave congrega as antigas delegações que funcionam em Massinga e Gaza, explicou Jorge Nhambiu, Ministro da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional (MCTESTP).

A UniLicungo e a UniPúnguê provêm da junção UP da Beira, de Quelimane, de Manica e de Tete, respectivamente. A UP do Niassa, de Nampula e de Montepuez deram lugar à UniRovuma, de acordo com o governante, que falava no fim da segunda sessão ordinária do Conselho de Ministros.

A reestruturação da UP – uma instituição pública e a primeira vocacionada para a formação de professores – era discutida há mais de dois anos, num contexto que visava facilitar a sua gestão.

Em Novembro de 2016, a UP apresentou ao Governo uma reflexão interna com três caminhos de reestruturação e sugeria a mesma fosse dividida em quatro universidades autónomas. O primeiro caminho apontava para a manutenção da UP, mas com algumas mudanças na administração interna.

O segundo caminho visava a criação de três universidades pedagógicas no sul, centro e norte do país. Neste processo – que é o que prevaleceu na decisão do Executivo – cada região manteria e administraria as suas delegações, funcionariam como universidades independentes e teriam reitorias autónomas.

Já o terceiro caminho – muito similar ao segundo – tinha em vista a criação de três universidades, sendo uma em Maputo, outra na Beira e outra ainda em Nampula.

Jorge Nhambiu disse que, com a criação das novas universidades, pretende-se uma maior eficácia na prestação de serviços, através da descentralização de poderes e consolidação da governação local.

Relativamente às 12 instituições de ensino superior impedidas de funcionarem, nas províncias de Gaza, Inhambane, Sofala, Tete, Zambézia, Nampula e Cabo Delgado, por ausência de condições para o exercício das actividades para as quais foram criadas, o que concorreu para a não atribuição de alvarás, Jorge Nhambiu comentou que, segundo a lei, as entidades visadas têm a “obrigação e integrar os estudantes, os técnicos administrativos e os docentes noutras instituições”.

Protesto em universidade na RDC termina com 3 estudantes e 1 policia mortos

Três estudantes e um policia morreram após os distúrbios ocorridos neste domingo durante protestos na Universidade de Lubumbashi, a segunda maior cidade da República Democrática do Congo (RDC), contra os cortes e a falta de água e luz no centro, informou Presidência.

Texto: Agências

“A apuração provisória de fontes oficiais fala de quatro mortos, sendo 3 estudantes e 1 policia”, explicou a Presidência da República em comunicado emitido no final da noite de ontem.

Os factos ocorreram no domingo quando os estudantes protestavam pelo reajuste das taxas académicas e por estar vários dias sem água e luz nesta universidade situada no extremo sudeste do país.

“Segundo relatórios, um delegado da Polícia Nacional Congolense chamado Yaweh Bertin, ordenou disparar sem justificativa sobre os estudantes pacíficos quando saíam de uma reunião com o Governador da província de Alto Katanga”, informou Presidência em comunicado assinado por Vital Kamerhe, o novo diretor de gabinete do presidente, Félix Tshisekedi.

A Presidência condenou “estes atos de um oficial superior” e informou que levará o delegado diante da justiça, em um movimento inédito no país onde normalmente as forças de segurança gozam de impunidade diante de tais actos e que parece buscar se distanciar da gestão do já ex-presidente Joseph Kabila.

Além disso, também informou que foi ordenado ao Ministério da Educação suspender o reajuste das taxas académicas.

Tshisekedi, líder da até agora opositora União para a Democracia e o Progresso Social (UDPS), tomou posse do cargo na quinta-feira passada, cinco dias depois que o Tribunal Constitucional aprovou os resultados que lhe davam a vitória nas eleições de 30 de Dezembro com 38,57% dos votos, à frente do também opositor Martin Fayulu, que obteve 34,86%.

China condena a cinco anos de prisão fundador de portal sobre direitos humanos

Um tribunal chinês condenou esta terça-feira a cinco anos de prisão o activista Liu Feiyue, fundador de um portal de notícias sobre direitos humanos, por “subversão contra o Estado”, informou a organização Human Rights Watch (HRW). Em comunicado, a HRW pediu às autoridades do país asiático que anulem a sentença e libertem Liu, “sem condições”.

Texto: Público de Portugal

A acusação de “subversão contra o poder do Estado” é frequentemente usada pelas autoridades chinesas contra activistas e dissidentes. Liu fundou o portal Civil Rights & Livelihood Watch (CRLW) em 2006 e foi detido no final de 2016, na sua casa em Suizhou, centro da China, acusado de “receber ajudas do exterior” para “incitar à subversão”.

Para além dos artigos que publicou naquele portal, Liu produziu relatórios anuais sobre violações dos direitos humanos na China, desde 2014 até ser preso. “Perseguir o editor de um portal de defesa dos direitos humanos mostra como o Governo chinês teme que se denunciem abusos dentro da China”, afirmou, em comunicado, Wang Yaqiu, pesquisador da HRW. Wang classificou a decisão de “paródia judicial”, que visa “assustar outras pessoas”.

“Liu Feiyue e outros deram voz a muitas pessoas alvos de abusos pelas autoridades chinesas, o que revela que o Governo chinês ainda tem muito a esconder quando se trata de violações dos direitos humanos”, acrescentou.

A mesma nota denunciou que foi negado a Liu o direito à assistência jurídica e outras infracções. As autoridades retiraram mesmo a licença de um dos advogados de Liu, Weng Donghai. Liu era também acusado de “atacar o actual sistema político”, “desfigurar o Governo chinês” e “divulgar informações prejudiciais ao poder do Estado e do sistema socialista”.

O activista tinha sido detido várias vezes, por curtos períodos de tempo, e quase sempre durante encontros importantes entre a elite do Partido Comunista Chinês ou cimeiras internacionais.

Tabela periódica completa 150 anos sem deixar de ser atual

Reconhecida internacionalmente como um instrumento que facilita o estudo da química, seja entre estudantes ou profissionais, a tabela periódica de elementos criada pelo cientista russo Dmitri Ivanovich Mendeleev completa 150 anos com direito a um ano inteiro internacionalmente destinado a ela.

“A tabela periódica é o alfabeto da química que, por sua vez, é o alfabeto da vida”, afirmou à Agência Efe o presidente da Real Sociedade Espanhola de Química, Antonio Echavarren, que participa nesta terça-feira do lançamento do Ano Internacional da Tabela Periódica, em Paris, criado pela Organização das Nações Unidas.

Debates, congressos, exposições e várias actividades serão realizadas para enaltecer este importante instrumento da pesquisa científica e o seu criador. “Todas as ciências têm seus heróis. A biologia tem Darwin, a física tem Einstein, e a química, entre outros, Mendeleev, que é um dos mais importantes”, explicou Echevarren.

A empreitada de Mendeleev para organizar uma tabela começou em 1860 na cidade de Karlsruhe, na actual Alemanha, durante um congresso de química que tentava dar uma terminologia clara aos elementos. Na ocasião, ele percebeu que existiam padrões de comportamento em função do peso químico, o que permitiu estabelecer uma ordem. E foi além. Percebeu que, nesses padrões, havia lacunas que respondiam a elementos que ainda não tinham sido descobertos.

A partir disso, estabeleceu um sistema de ordenação em uma tabela que deixava aberta a porta para a incorporação de novos elementos. Até então desconexa, a química ti-

nha encontrado um caminho para poder basear seus trabalhos.

Então aos 35 anos, o cientista, que nasceu na Sibéria e viveu quase toda a vida em São Petersburgo, na Rússia, não podia imaginar que a sua invenção fosse tornar-se essencial para a química. Quando foi elaborada, 63 elementos eram conhecidos, mas logo a sua flexibilidade revelou-se muito útil, já que novas inserções ocorreram.

Quase seis anos depois da sua criação, como previu o russo, entrou o Gálio (Ga). Em 1879, foi descoberto o Escândio (Sc), e oito anos depois, o Germânio (Ge).

“A tabela foi ganhando forma até se transformar em um instrumento icónico de grande valor. Ela é fundamental para conhecer mais de perto os instrumentos da matéria”, disse à Efe o pesquisador do Instituto de Química Orgânica Geral do Centro Espanhol de Pesquisas Científicas, Bernardo Herradón.

Para ele, a tabela periódica é a maior contribuição da química à cultura da humanidade e pode ser comparada aos números da escola pitagórica da Grécia clássica.

A Ciência já identificou 94 elementos encontrados de forma natural na Terra. Mas, desde que a radiação artificial foi descoberta, na década de 40, ela parou de trabalhar na incor-

poração de outros.

A busca é complexa e precisa de um forte esforço financeiro, por isso só quatro instituições no mundo, localizadas nos Estados Unidos da América, na Rússia, na Alemanha e no Japão, trabalham em novos elementos. Os quatro últimos foram validados em novembro de 2016: Nihonium (Nh), Moscovio (Mc), Teneso (Ts) e Oganesson (Og), mas já existem indícios de que o elemento 119 e o elemento 120 estejam prontos para serem reconhecidos.

A fronteira, mais uma vez, está no espaço. Considera-se que a tabela de Mendeleev contenha apenas 5% dos elementos, já que os demais estão no Universo em forma de energia ou matéria escura, ainda não descobertas.

A Assembleia Geral da ONU declarou 2019 como o Ano Internacional da Tabela Periódica e encarregou à sua agência para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) a gestão, que será canalizada através de uma série de actividades a partir de hoje.

“O objectivo passa por mostrar a importância da tabela periódica nos avanços científicos, mas também em promover a Ciência entre os jovens e divulgar o trabalho dos pesquisadores, em especial o das mulheres”, afirmou à Efe a diretora da Divisão de Políticas Científicas da Unesco, Peggy Oti-Boateng.

Texto: Agências

Detidos cinco engenheiros responsáveis pela segurança da barragem do Brumadinho

Cinco engenheiros que atestaram a segurança da barragem do Brumadinho, no estado de Minas Gerais, foram detidos nesta terça-feira. A barragem colapsou na passada sexta-feira, provocando pelo menos 65 mortos, número que deverá aumentar segundo um novo balanço divulgado pela Defesa Civil brasileira na tarde de segunda-feira.

Três dos cinco detidos eram funcionários da empresa Vale e directamente responsáveis pelo licenciamento da Mina do Córrego do Feijão. Os outros dois teriam atestado recentemente a estabilidade da barragem, segundo o jornal Folha de São Paulo.

No Twitter, a empresa Vale informou que está a colaborar com as autoridades.

Os cinco engenheiros vão permanecer em prisão temporária durante de 30 dias e serão ouvidos pelo Ministério Público Estadual, em Belo Horizonte. A investigação pretende avaliar se os documentos que aferiram a segurança da barragem foram fraudados ou se houve negligência durante o processo de fiscalização.

Até à manhã desta terça-feira, e segundo a Protecção Civil de Minas Gerais, já foram resgatadas 192 pessoas mas estão ainda 279 desaparecidas. As operações de busca encontram-se no quarto dia, e, segundo as autoridades, o número de mortes deve aumentar.

Governo português envia condolências

A ruptura desta barragem da empresa de mineração Vale, no município de Brumadinho, na região metropolitana

de Belo Horizonte, causou uma avalanche de lama e resíduos minerais que varreu a comunidade local e parte do centro administrativo da empresa mineira, destruindo o refeitório onde se encontrava uma parte dos funcionários.

O Governo português enviou esta terça-feira uma mensagem de condolências e solidariedade às autoridades e povo brasileiros.

Em comunicado, o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) salienta que o “Governo português está a acompanhar com grande consternação e profundo pesar as notícias sobre o trágico acontecimento ocorrido em Brumadinho, com muitas vítimas mortais e ainda um grande número de desaparecidos”.

“O Governo Português apresenta as suas mais sentidas condolências às famílias das vítimas e manifesta a sua solidariedade para com as Autoridades brasileiras e o Povo irmão do Brasil”, é referido na nota.

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, já tinha enviado no sábado uma mensagem de condolências e solidariedade ao Presidente do Brasil, Jair Bolsonaro.

Segundo a nota divulgada no portal da

Presidência da República, “na sequência do trágico acidente que ocorreu na barragem de Brumadinho”, Marcelo Rebelo de Sousa “enviou uma mensagem de condolências ao seu homólogo brasileiro, Jair Bolsonaro, em que expressa também a fraterna solidariedade de Portugal para com o Brasil, neste momento difícil”.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MBA) salientou que, desde 2015, quando ocorreu uma tragédia semelhante na cidade de Mariana, também no estado de Minas Gerais, tem vindo a alertar para os riscos na mina em que ocorreu agora o acidente e cuja ampliação foi aprovada apesar das advertências.

Há três anos, e com a mesma empresa, a Vale, aconteceu o desastre Mariana, quando uma represa provocou a derrocada de outra, fazendo alastrar pela zona milhões de litros de água contaminada com níquel, ferro e sílica. Mariana foi considerado um dos maiores desastres ambientais no Brasil.

Há neste momento 450 barragens em Minas Gerais e 22 delas são instáveis – a de Brumadinho estava nesta categoria –, diz um relatório da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais citado pela edição brasileira do jornal El País.

Texto: Público de Portugal

Naufrágio no Djibouti mata 28 pessoas e deixa 130 desaparecidas

Pelo menos 130 pessoas estão desaparecidas após o naufrágio de duas embarcações na costa do Djibouti, no Leste de África.

Texto: Público de Portugal

De acordo com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), o alarme foi dado quando dois sobreviventes foram resgatados. Desde o desastre foram recuperados 28 corpos, temendo-se que o balanço de vítimas possa subir devido ao elevado número de desaparecidos.

“Vinte e três corpos foram descobertos esta manhã e a Guarda Costeira continuará as operações de procura”, informou Lalini Veerassamy, a chefe de missão da OIM no Djibouti, citada pelo The Guardian, um dia após terem sido encontrados outros cinco corpos. De acordo com testemunhas oculares, as embarcações estavam severamente sobrelotadas, factor que poderá ter contribuído para o desastre, que se deu cerca de 30 minutos após as embarcações terem deixado terra.

De acordo com dados das Nações Unidas, uma média seis migrantes morreram, por dia, em alto mar. Foram 2275 vidas perdidas a atravessar o Mediterrâneo, apesar de o número de pessoas a chegar à Europa em 2018 ter diminuído em relação a 2017. Foram cerca de 120 mil refugiados que chegaram ao continente europeu, o ano passado. Há dois anos, o número cifrou-se nos 172 mil. Em 2015, pico da crise migratória, chegaram mais de um milhão de pessoas às costas europeias.

Os números do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) mostram ainda que a Espanha foi o país a receber mais migrantes, com cerca de 60 mil pessoas. Os números do ACNUR revelam que em 2018 chegaram por terra 6723 pessoas e por mar 113.482 – que entraram na Europa sobretudo pela costa de Itália, Grécia, Espanha e Chipre. Quase 12% das pessoas que chegaram vinham da Guiné, o grupo com maior expressão.

Sociedade

Banco de Moçambique continua a ocultar os milhões que custa e o tempo de migração para Euronet

O Banco de Moçambique (BM) continua a manter como tabu o custo da migração do sistema informático para os pagamentos electrónicos interbancários da portuguesa BizFirst para a norte-americana Euronet e não indica quanto tempo demora a concluir o processo. As partes têm que manter o contrato “como confidencial”, explicou a directora do Gabinete de Comunicação do BM.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Banco Moçambique

Pouco mais de 2 meses após o apagão da rede de cartões bancários, ATM e POS da Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO) e mês e meio após o banco central formalizar a sua intenção de deixar de usar o sistema informático provido pela BizFirst, que custou aos moçambicanos cerca de 25 milhões de dólares norte-americanos, o principal accionista da SIMO recusa-se a revelar o custo do novo software.



“(…)Durante o período de vigência do contrato, e até 10 anos após o término, as partes têm que manter o seu conteúdo como confidencial, estando vedada a partilha da informação salvo tratando-se de situações excepcionais e mediante notificação e consentimento da outra parte” informou a jornalista nesta quinta-feira (31) a directora do Gabinete de Comunicação do BM, Silvina de Abreu.

No entanto o @Verdade apurou que o custo inicial apresentado pela Euronet é de aproximadamente 10 milhões de dólares sujeitos a aumentarem em função da realidade com que os técnicos norte-americanos estão, e vão, a ser confrontados durante o processo de migração.

Silvina de Abreu também não forneceu datas nem prazos para a migração estar completa, “os trabalhos visando a implementação deste sistema estão a decorrer dentro do programa que foi pré-estabelecido”, contudo o @Verdade sabe que se o processo decorrer sem grandes sobressaltos poderá demorar pelo menos 24 meses.